



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JÉSSICA BRUNA ROCHA BERNARDO

**ESTUDO SOBRE A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA SOB A ÓTICA DOS DISCENTES
DE UMA ESCOLA MUNICIPAL**

**JOÃO PESSOA
2017**

JÉSSICA BRUNA ROCHA BERNARDO

**ESTUDO SOBRE A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA SOB A ÓTICA DOS DISCENTES
DE UMA ESCOLA MUNICIPAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Carla Janaina Ferreira Nobre

JOÃO PESSOA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R672e Rocha Bernardo, Jessica Bruna.

Estudo sobre a transparência pública sob a ótica dos discentes de uma escola municipal / Jessica Bruna Rocha Bernardo. – João Pessoa, 2017. 59f.:il.

Orientador(a): Prof^a Esp. Carla Janaína Ferreira Nobre. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Transparência Pública. 2. Participação Social. 3. Gestão Pública. I.

UFPB/CCSA/BS

CDU:657(043.2)

JESSICA BRUNA ROCHA BERNARDO

**ESTUDO SOBRE A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA SOB A ÓTICA DOS DISCENTES
DE UMA ESCOLA MUNICIPAL**

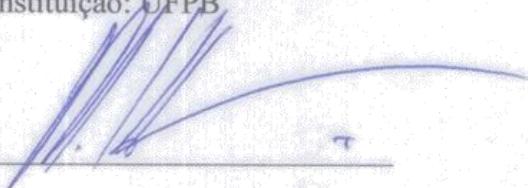
Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Professor(a). Ma. Carla Janaina Ferreira Nobre

Instituição: UFPB



Membro: Professor(a). MS. Marcelo Pinheiro de Lucena

Instituição: UFPB



Membro: Professor(a). Dr(a). Josedilton Alves Diniz

Instituição: UFPB

João Pessoa, 19 de Maio de 2017.

A minha mãe, que sempre esteve ao meu lado nessa longa jornada, e que me deu todo o suporte e estrutura para realização de minhas conquistas. E também a todos que de alguma forma acreditaram e me apoiaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado me capacitando para enfrentar todos os desafios, sem ele nada disso seria possível.

Agradeço aos professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, pelos ensinamentos que me foram transmitidos, em especial a Carla Janaina, por ter me orientado, contribuindo significativamente para a realização deste trabalho. Não poderia deixar de registrar meu agradecimento a todos os professores que durante a minha vida escolar tiveram paciência, dedicação e cuidado para me ensinar e me ajudar a crescer. Em especial a minha professora da 3ª série, Maria Lúcia Ribeiro que foi uma professora maravilhosa e marcou minha vida estudantil.

Quero agradecer a minha tia Maria José Rocha (Dé) e família por me acolherem em sua casa quando precisei mudar de cidade para estudar. Agradeço imensamente ao meu grande e querido amigo Lucas Batista (Brian) pelo o ano de 2014 maravilhoso que moramos juntos.

Obrigada a minha irmã (Brena) e amigos pela compreensão e apoio nas horas difíceis. Obrigada! Mil vezes obrigada a minha mãe Graça Rocha por sempre ter acreditado em mim e por estar sempre pronta para me dá apoio emocional e financeiro. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa. Quero que nunca esqueça que eu te amo, e que és a razão de tudo.

Obrigada! Obrigada! Obrigada!

"Ebenézer: até aqui nos ajudou o Senhor!"

(1 Sm 7-12)

RESUMO

A transparência pública tornou-se uma ferramenta relevante para ajudar a população no acompanhamento dos gastos da administração pública. Existem alguns normativos legais que são os grandes direcionadores no que diz respeito à transparência pública no Brasil, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação. Uma vez que a transparência se tornou um assunto tão representativo para a sociedade, é importante que desde cedo haja o acompanhamento e cobrança aos representantes políticos. Diante disto, o presente trabalho teve como objetivo verificar o conhecimento dos discentes do ensino fundamental da escola municipal Terlópedes Cruz na cidade de Tacima-PB, acerca da Transparência Pública. O estudo é de caráter descritivo e para se chegar ao objetivo da pesquisa, foi aplicado um questionário com os discentes do 8º e 9º ano dos três turnos. Do universo de 152 alunos com matrícula ativa nas turmas citadas, 116 alunos participaram efetivamente da pesquisa. Os resultados encontrados demonstraram que 34,48% dos respondentes conheceram o termo transparência pública através de aulas ministradas no colégio. 86,21% dos questionados nunca acessaram nenhum portal de transparência pública. Dos 13,79% que assinalaram ter acessado algum portal de transparência, a maioria respondeu que a navegação em algum portal de transparência ocorreu apenas uma vez, e a razão que originou o acesso foi curiosidade. A partir da análise dos dados chegou ao resultado que as turmas analisadas são detentoras de conhecimentos básicos sobre transparência pública, apesar de não terem o hábito de fazer parte efetivamente da administração pública.

Palavras-chave: Transparência Pública; Participação Social; Gestão Pública.

ABSTRACT

Public transparency became a relevant tool in order to help the population accompany data regarding expenses of public administration. It is a way for people to have indirectly access to the public administration. There are some legal normatives that can be used as great drivers regarding public transparency in Brazil, such as the Law of Inspectorial Responsibility (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) which establishes that actions realized by the inspectorial management are transparent and enough to prevent risks and not affect the balance of the bills from the public administration. Still, there is the Law of Access to Information (Lei de Acesso à Informação – LAI), which aims to provide access for public information to all people. Once transparency became such an actual and relevant theme for society, it is important that monitoring and levy of the political representatives that speaks for the population. In view of this, the present work has the goal of verifying the knowledge of the students from an elementary school (Terlópedes Cruz, Tacima-PB) about public transparency. It is a descriptive study. In order to achieve the goal for this research, a quiz was applied for students from all three shifts of the eighth and ninth grades. From the universe of 152 students that had proven registration, 116 effectively participated on the research. From the data analysis, came the conclusion that the analyzed classes holds basic knowledge on the subject studied (public transparency), specially because of the scholar curriculum that, in some moment, discuss about the theme. However, it was noted that the students from the eighth grade (morning shift) is the one that holds more notion and knowledge on the subject.

Keywords: Public Transparency; Social Participation; Public Administration.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Histórico de normativos que ampliaram o acesso à informação no Brasil | 23 |
| Figura 2- Evolução do Índice de Transparência Nacional | 25 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1-Relação do termo ‘Transparência Pública’ com o conhecimento do entrevistado .. | 33 |
| Gráfico 2-Como o entrevistado conheceu o termo ‘Transparência Pública’ | 34 |
| Gráfico 3-Finalidade da Transparência Pública | 34 |
| Gráfico 4-Melhor definição de ‘Transparência Pública’ segundo os entrevistados | 35 |
| Gráfico 5- É preciso intervenção do cidadão na tomada de decisão da gestão pública | 36 |
| Gráfico 6-O acesso à informação como insumo básico ao exercício da cidadania..... | 36 |
| Gráfico 7-Transparência requer linguagem acessível a qualquer cidadão | 37 |
| Gráfico 8-Contrapartida do governo para tornar as informações mais claras e objetivas | 37 |
| Gráfico 9-Dever das entidades serem transparentes e o direito da sociedade acompanhar as informações..... | 38 |
| Gráfico 10-Transparência Pública 8º ano | 39 |
| Gráfico 11-Transparência Pública 9º ano | 40 |
| Gráfico 12-A Prestação de Contas por parte do governo é essencial | 41 |
| Gráfico 13-A importância da Participação Social em busca dos direitos humanos e sociais .. | 41 |
| Gráfico 14-Acesso a Portais de Transparência..... | 42 |
| Gráfico 15-Frequência de acesso a Portais de Transparência | 43 |
| Gráfico 16-Razão do Acesso ao Portal de Transparência | 43 |
| Gráfico 17-Clareza das informações para a população | 44 |
| Gráfico 18-O colégio no preparo de cidadãos conscientes..... | 44 |
| Gráfico 19-O Colégio No Preparo De Cidadãos Conscientes. /Por Turma E Turno | 45 |
| Gráfico 20-Existência do Portal de Transparência da Cidade | 45 |
| Gráfico 21-Existência do Portal de Transparência da Cidade/ Por Turma E Turno | 46 |
| Gráfico 22-Acompanhamento dos Recursos Financeiros do Município | 46 |
| Gráfico 23-Acompanhamento dos Recursos Financeiros do Município /Por Turma E Turno | 47 |
| Gráfico 24-Frequência no uso das informações disponibilizadas no Portal de Transparência | 47 |
| Gráfico 25-Frequência no uso das informações disponibilizadas no Portal de Transparência/ Por Turma E Turno | 48 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Resultado do Brasil em 2014 | 24 |
| Quadro 2 - Avaliação da cidade de Tacima segundo o Ranking de Transparência Nacional | 28 |
| Quadro 3 - Principais estudos sobre transparência pública | 28 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Perfil dos Respondentes | 31 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| CF | - Constituição Federal |
| CGU | - Controladoria-Geral da União |
| CVM | - Comissão de Valores Mobiliários |
| FOCCO/PB | - Grupo de Trabalho e Transparência do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LAI | - Lei de Acesso à Informação |
| LDO | - Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LOA | - Lei Orçamentária Anual |
| LRF | - Lei de Responsabilidade Fiscal |
| MPF | - Ministério Público Federal |
| MPPB | - Ministério Público da Paraíba |
| PPA | - Plano Plurianual |
| TCE's | - Tribunais de Contas dos Estados |
| TCE-PB | - Tribunal de Contas do Estado-Paraíba |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | Contextualização do tema e do problema | 14 |
| 1.2 | Objetivos | 16 |
| 1.2.1 | Objetivo Geral | 16 |
| 1.2.2 | Objetivos Específicos | 16 |
| 1.3 | Justificativa | 17 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 19 |
| 2.1 | Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF | 19 |
| 2.2 | Lei de Acesso à Informação-LAI | 20 |
| 2.2.1 | Escopo | 21 |
| 2.2.2 | Abrangência | 21 |
| 2.3 | Participação Social | 21 |
| 2.4 | Transparência Pública Federal | 22 |
| 2.4.1 | Transparência Publica da Paraíba | 25 |
| 2.4.1.1 | <i>Ação dos órgãos de controle da Paraíba</i> | 26 |
| 2.4.2 | Transparência Pública no Município de Tacima | 27 |
| 2.4 | Estudos Anteriores | 28 |
| 3 | METODOLOGIA | 29 |
| 3.1 | Tipologia de Pesquisa | 29 |
| 3.2 | Amostra e População | 29 |
| 3.3 | Método de Análise | 30 |
| 3.4 | Delimitação do estudo | 30 |
| 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 31 |
| 4.1 | Perfil dos Respondentes | 31 |
| 4.2 | Questões sobre Transparência Pública | 32 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| | REFERÊNCIAS | 50 |
| | APÊNDICE - A | 55 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema e do problema

Debates sobre a transparência pública ganharam notoriedade desde a implantação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 37 tornou obrigatório para a Administração Pública em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tornando assim, os resultados dos recursos financeiros públicos mais transparentes.

Para Wright (2012), nas últimas décadas houve uma significativa evolução da gestão pública brasileira, seja pelo amadurecimento da democracia ou por mudanças na legislação nacional. O que se pode observar no caso brasileiro, em que a democracia e a transparência vem se consolidando por meio da forte cobrança social na busca por informações claras e fidedignas sobre os atos administrativos dos gestores públicos. Como resultado, os cidadãos obtiveram o direito de acompanhar, fiscalizar e fazer cobranças aos administradores sobre como estão sendo realizadas as aplicações dos recursos públicos pertencentes à população.

A compreensão das informações disponibilizadas pelo governo possibilita a utilização das mesmas quando a sociedade necessita buscar os representantes políticos, seja para reivindicar a utilização dos recursos financeiros em detrimento do município, ou simplesmente para conhecer como estão sendo geridos. Ou seja, é uma forma de acesso à administração pública exercida indiretamente pelos representantes eleitos. Essas informações podem ser adquiridas gratuitamente através dos demonstrativos contábeis que devem ser enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, e para jornal de grande circulação. Além de divulgados nos portais de transparência do Município, Estado, Distrito Federal ou União.

Existem alguns normativos legais que são os grandes direcionadores no que diz respeito à transparência pública no Brasil. No ano 2000, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, como ficou conhecida a Lei Complementar Nº 101 de 04/05/2000. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe no seu art. 1º, § 1º, que a responsabilidade na gestão fiscal deve ser uma ação transparente, prevenindo os riscos e possíveis desvios capazes de afetar as contas da administração pública, obedecendo todos os limites e condições frente às despesas e receitas, e no alcance da realização das metas e resultados propostos.

De acordo com Nascimento (2011), a LRF é um código de conduta que precisa ser seguido diante de qualquer coisa pública. Sua principal finalidade é controlar, limitar e oferecer elementos capazes de direcionar os gastos públicos.

Para Motta (2002) a LRF, tem o intuito de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, assim como para trazer importantes avanços em termos sociais e econômicos, tornando necessário o empenho e esforço de todos os envolvidos na gestão de alguma atividade pública. As definições expostas reafirmam o entendimento de que a LRF tem como finalidade tratar da gestão fiscal dos recursos da administração pública, possibilitando assim, uma melhor execução dos atos públicos, de maneira a não lesar a sociedade, diante de possíveis desvios de conduta por parte dos gestores públicos.

Em 2011 surgiu a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, tendo como intuito permitir que todas as pessoas tivessem acesso as informações públicas. Passou a ser obrigatório que as informações relativas à execução orçamentária e financeira, fossem disponibilizadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). Tem como principal objetivo fazer com que os cidadãos consigam acompanhar como e onde estão sendo utilizados os recursos financeiros em quaisquer dos três Poderes da União.

Teixeira (2006) entende que a transparência pode ser definida quando existe a possibilidade de acesso a todas as informações de como o governo trabalha. Portanto, transparência diz respeito às informações pertinentes do funcionamento da administração pública seguindo princípios éticos, claros e que sejam de fácil obtenção a todos aqueles que tiverem interesse em acessar estes dados, sejam eles Municipais, Estaduais ou Federais.

Sacramento (2007) afirma que a transparência nas ações administrativas é um ingrediente essencial que contribui tanto para redução da corrupção, como para o aumento do índice de confiança entre a sociedade e os administradores públicos.

Para Figueiredo (2013) a transparência estimula e aproxima a participação da sociedade com os representantes públicos. Uma vez que, as entidades têm o dever de ser transparente com os atos realizados em sua administração, e a sociedade o direito de acessar e acompanhar essas informações.

As definições acima são unânimes quando tratam que a transparência está diretamente relacionada com os atos públicos realizados por seus administradores e com a clareza que essas informações precisam ser repassadas para a sociedade, uma vez que, as decisões da administração pública afetam diretamente a comunidade.

Diante disso, a questão problema é a seguinte:

Qual a percepção dos discentes do ensino fundamental da Escola Municipal Terlópedes Cruz na cidade de Tacima-Paraíba acerca da Transparência Pública?

O tema em questão é um assunto que trata dos interesses da sociedade em geral, portanto, o foco será nos aspectos referentes ao conhecimento dos discentes do ensino fundamental da Escola Municipal Terlópedes Cruz na cidade de Tacima – PB. Assim, o trabalho delimitar-se-á ao conhecimento desses alunos sobre a transparência pública.

1.2 Objetivos

Para a realização do trabalho, a presente pesquisa destacou os principais objetivos a serem alcançados.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a percepção dos discentes do ensino fundamental da Escola Municipal Terlópedes Cruz na cidade de Tacima-PB, acerca da Transparência Pública.

1.2.2 Objetivos Específicos

Dentre os objetivos específicos estão:

- a) Verificar se a escola utiliza-se de meios para transmitir aprendizado para os seus alunos sobre transparência pública, controle social ou temas que contribuam com o fortalecimento da democracia.
- b) Investigar se existe alguma frequência de acesso desses alunos aos portais de transparência Pública.
- c) Avaliar se as informações disponibilizadas no portal de transparência da cidade são claras e objetivas, por meio das respostas dos estudantes.
- d) Analisar se os alunos costumam acompanhar como estão sendo utilizados os recursos financeiros disponibilizados para seu município.

1.3 Justificativa

A Lei Complementar no § 1º do art. 1º da LRF estabelece que é preciso que as ações realizadas na gestão fiscal sejam transparentes e suficientes para prevenir riscos e não afetar o equilíbrio das contas da administração pública.

Segundo Figueiredo (2013) a sociedade civil deve acompanhar como os recursos financeiros públicos são geridos, pois assim está exercitando um papel fundamental diante de possíveis fraudes que acabam impedindo o crescimento do País, o bem-estar coletivo e os interesses da sociedade em geral em prol de interesses pessoais.

Uma vez que a transparência se tornou um tema tão atual e impactante para a sociedade, é importante que desde cedo haja o acompanhamento e cobrança dos representantes políticos que representam a população. Os jovens brasileiros, que normalmente têm mais acesso as plataformas digitais, podem e devem fazer uso dessa ferramenta para acompanhar os atos administrativos dos gestores, dado que as informações são disponibilizadas de forma instantânea e sem burocracia nos portais de transparência.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE referentes a 2014 mostrou que mais de 54% das casas no Brasil tinham acesso à internet, o que implica em um aumento significativo em comparação ao ano de 2013, que era de 48%. É importante ressaltar que desses dados, a maior parte dos usuários eram pessoas acima de 10 anos. Logo, trata-se de incentivar a participação popular desde cedo, seja nas escolas, veículos de comunicação, a comunidade civil tenderá a contar com pessoas mais interessadas em acompanhar e reivindicar por assuntos de relevância para toda a comunidade.

Assim sendo, o estudo justifica-se, diante dessa necessidade de saber o que realmente os alunos conhecem do tema, visto que, cada vez mais cedo os jovens veem mostrando interesse por assuntos que tenham relação com o bem-estar social, e por ter sido criado com o intuito de colaborar com os cidadãos na fiscalização e controle dos recursos públicos.

A escolha da amostra ocorreu em relação ao grau de escolaridade, visto que, por serem alunos pré-concluintes e concluintes do ensino fundamental, espera-se que tenham um maior alicerce em relação as informações globais, que geralmente são dispostas em jornais, televisão e internet. E por ser cidade pequena de interior, parte da população são analfabetos e/ou pararam de estudar nos primeiros anos escolares, o que poderia comprometer as respostas, não condizentes com o real conhecimento sobre o assunto. Em virtude de ser uma lei recente, espera-se que pessoas com um grau de escolaridade maior, saibam e /ou tenham alguma opinião sobre o assunto.

Logo, a transparência das contas públicas é um tema de extrema importância para a sociedade, pois além de tratar dos interesses coletivos, serve como base de apoio disponível a todos os cidadãos no controle dos atos administrativos realizados pelos gestores, estando acessível de forma atualizada, grátis e livre de burocracia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão abordadas informações sobre a LRF; LAI; Estudos Precedentes; Participação Social e Transparência Pública Federal.

2.1 Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF

No Brasil, a transparência da gestão pública teve como marco regulatório a promulgação da Lei Complementar no 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF). E, de acordo com Motta (2002), a LRF surgiu para estabelecer as normas de finanças públicas voltadas para a clareza das informações da gestão fiscal. Ou seja, veio para prezar pelo equilíbrio fiscal das contas e pela eficiência da gestão pública.

Outras leis surgiram com o intuito de intensificar a obrigatoriedade na divulgação das informações da gestão fiscal, contribuindo para a responsabilização pública dos gestores, como a Lei da Transparência nº 131/2009 e, recentemente, a (Lei de Acesso a Informação Pública — LAI) nº 12.527/2011.

A LRF apoia-se sobre quatro pilares, dos quais depende o alcance de seus objetivos. São eles: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade.

O planejamento dará suporte técnico à gestão fiscal, através de mecanismos operacionais, como o (Plano Plurianual – PPA), a (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) e a (Lei Orçamentária Anual – LOA). Por meio desses instrumentos, haverá condições objetivas de programar a execução orçamentária e atuar no sentido do alcance de objetivos e metas prioritárias.

Para Castro (2000), todos os sistemas de controle devem ser capazes de tornar efetivo e realizável os comandos frente à direção de qualquer atividade pública administrativa. Ou seja, as informações precisam estar controladas e passíveis de verificação, para que assim consigam ser apresentadas de forma fidedigna e transparentes para a sociedade.

A fiscalização precisa ser continua e rigorosa, uma vez que, a responsabilidade impõe ao gestor público o cumprimento da lei, passível de responder por seus atos e sofrer as sanções cabíveis na própria lei complementar.

O último alicerce e objeto do presente trabalho, refere-se à transparência, por meio da qual a sociedade consegue ter acesso a diversos mecanismos democráticos, entre os quais merecem destaque: a participação em audiências públicas e a ampla divulgação das informações gerenciais.

Segundo o art. 48 da LRF, a transparência é assegurada através da divulgação ampla, inclusive através da *internet*, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; relatórios de prestações de contas e respectivos pareceres prévios; relatórios resumidos da execução orçamentária e gestão fiscal, bem como das versões simplificadas de tais documentos (BRASIL, 2017).

2.2 Lei de Acesso à Informação-LAI

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como (Lei de Acesso à Informação – LAI) regulamenta o direito previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas.

Para garantir essa efetividade do acesso à informação pública, é necessário que seja observado um conjunto de padrões estabelecidos com base em critérios e práticas internacionais. Dentre esses princípios, destacam-se:

- Acesso é regra, o sigilo, a exceção (divulgação máxima);
- Requerente não precisa dizer por que e para que deseja a informação (não exigência de motivação);
- Hipóteses de sigilo são limitadas e legalmente estabelecidas (limitação de exceções);
- Fornecimento gratuito de informação, salvo custo de reprodução (gratuidade da informação);
- Divulgação proativa de informações de interesse coletivo e geral (transparência ativa) e
- Criação de procedimentos e prazos que facilitam o acesso à informação (transparência passiva).

Com o advento da LAI, a sociedade pode (e deve) ter acesso às informações de interesse público, intensificando-se dessa forma o controle social da Administração Pública. Entretanto, há dois diferentes tipos de transparência nos órgãos públicos, podendo ser definidas como transparência ativa e transparência passiva.

A principal diferença entre elas, é que na transparência ativa as informações são divulgadas por iniciativa do próprio órgão. Enquanto que na transparência passiva o cidadão só obtém as informações desejadas, após solicitar à administração pública.

2.2.1 Escopo

Todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas. A Lei de Acesso, no Art. 23, prevê quais as exceções ao acesso às informações, notadamente àquelas cuja divulgação indiscriminada possa trazer riscos à sociedade ou ao Estado.

2.2.2 Abrangência

A LAI deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades federais / estaduais / municipais/ distritais.

Por todos os poderes Executivo / Legislativo / Judiciário e toda a Administração Pública Direta (órgãos públicos) / Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e/ou municípios).

Além das entidades governamentais, a LAI abrange ainda as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, para a realização de ações de interesse público, diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

2.3 Participação Social

A participação da sociedade civil na gestão da coisa pública ganhou mais notoriedade após a implantação da CF de 88, mas foi principalmente a partir dos anos de 1990 com a criação dos conselhos gestores que a atuação social ganhou novas proporções, visto que, eles têm o papel de atuarem como ferramentas de mediação na relação Estado/Comunidade.

Para Gohn (2001), participar tem a ver com dividir as obrigações na construção coletiva de processos. Ou seja, lutar juntos para conseguir alcançar os propósitos esperados pela comunidade, e encerrar de frente as adversidades possíveis de existir, em prol do bem-estar de todos.

AMARRIBO (2004), trata que a participação social está intimamente ligada com a preocupação dos indivíduos na luta em busca de exigir dos gestores públicos uma postura ética, em que a prestação de serviços seja eficiente, garantindo os direitos humanos e sociais

no País. Nesse sentido, assevera Lopes (2007) que os cidadãos devem exercer a democracia, participando efetivamente do processo decisório, já que cada decisão do poder público afetará as suas vidas, devendo para tanto ter acesso à informação.

Para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU (2017), cada cidadão tem importância fundamental na tarefa de participar da gestão e de exercer o controle social do gasto público. Com a ajuda da sociedade, afirmam ser mais fácil controlar os gastos do Governo Federal em todo Brasil e garantir, assim, a correta aplicação dos recursos públicos.

Souza (2014), atesta que a criação de Portais de Transparências pela CGU e pelos Tribunais de Contas dos Estados (TCE's), veio consolidar e reconhecer a divulgação das informações como um direito fundamental. Passando a informação a ser vista como um direito público, garantindo maior ligação e atuação entre os gestores públicos e a sociedade.

De acordo com Pires (2011), a participação social pressiona as instituições a serem mais transparentes. Assim sendo, quanto mais transparente for a gestão pública, maior será o envolvimento das diversas classes sociais que lutam em busca de melhorias na saúde, educação, moradia e bem-estar coletivo.

Portanto, o controle social é essencial para uma melhor administração dos recursos públicos, tornando-se necessário o acesso às informações pertinentes, que possibilitem o acompanhamento da gestão pública.

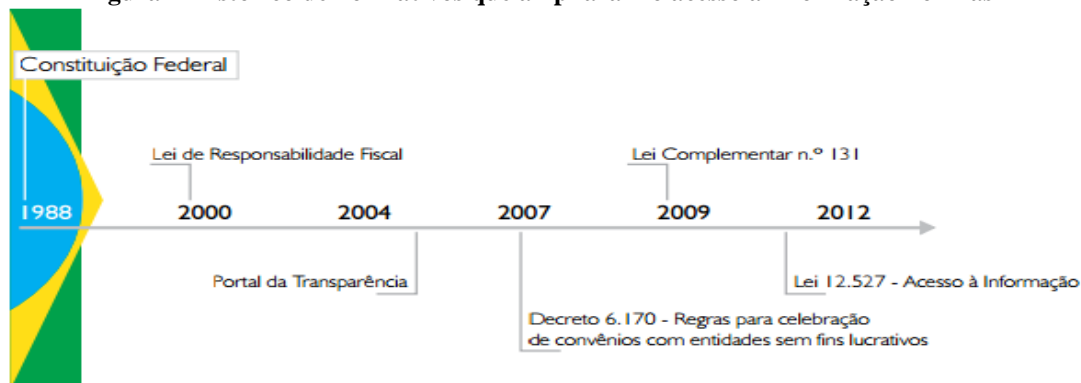
2.4 Transparência Pública Federal

O Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios sob responsabilidade da CGU (2013), afirma que em um Estado Democrático de Direito, a transparência e o acesso à informação constituem-se direitos do cidadão e deveres da Administração Pública. Assim, com a possibilidade de acessar as informações do âmbito governamental, a sociedade pode e deve participar mais ativamente do processo democrático ao acompanhar e avaliar a implementação de políticas públicas e ao fiscalizar a aplicação do dinheiro público.

A garantia da transparência e do acesso à informação não é um tema novo no Brasil. Ao longo da história brasileira, muitas leis e políticas já contemplaram de maneiras variadas esse assunto.

Abaixo segue o quadro com o histórico recente dos normativos que ampliam diretamente o direito de acesso à informação, a partir da promulgação da Constituição Federal:

Figura 1-Histórico de normativos que ampliaram o acesso à informação no Brasil



Fonte: Manual da Lei De Acesso à Informação para Estados e Municípios (2013).

Pelo fato de seu cumprimento ser obrigatório para todos os entes governamentais, a LAI produz grandes impactos na gestão pública e exige, para sua efetiva implementação, a adoção de uma série de medidas que podem ser auxiliadas pela CGU, por meio do programa Brasil Transparente.

Nesse sentido, a CGU editou a Portaria n° 277, de 07 de fevereiro de 2013 que instituiu o programa Brasil Transparente. O Programa tem por objetivo geral apoiar Estados e Municípios na execução da Lei de Acesso à Informação.

O Programa tem outros objetivos importantes, dos quais vale salientar:

- Promover uma administração pública mais transparente e aberta à participação social;
- Apoiar a adoção de medidas para a implementação da LAI e outros diplomas legais sobre transparência;
- Conscientizar e capacitar servidores públicos para que atuem como agentes de mudança na implementação de uma cultura de acesso à informação;
- Contribuir para o aprimoramento da gestão pública por meio da valorização da transparência, acesso à informação e participação cidadã;
- Promover o uso de novas tecnologias e soluções criativas e inovadoras para abertura de governos e o incremento da transparência e da participação social e;
- Disseminar a Lei de Acesso à Informação e estimular o seu uso pelos cidadãos.

O Programa Brasil Transparente oferece várias outras ações incentivadoras a assuntos ligados a Transparência e Acesso à Informação, como a orientação sobre os requisitos para o

desenvolvimento de Portais de Transparência na rede mundial de computadores – internet, e a promoção de campanhas e ações de disseminação da LAI junto à sociedade.

A preocupação com a transparência no Brasil tem sido estimulada com exemplos de outros países. A Transparency International (Transparência Internacional) é uma organização não governamental que tem como principal objetivo a luta contra a corrupção. Foi fundada em março de 1993 e encontra-se sediada em Berlim. O índice do orçamento analisado pela Transparency International verifica a extensão da supervisão realizada pela legislação e pelos órgãos de controle e o espaço destinado para a população interagir na elaboração do orçamento.

Quadro 1-Resultado do Brasil em 2014

| | |
|----------------------------------|------|
| BRASIL | 2014 |
| Índice de Percepção da Corrupção | 69 |
| Pontos | 4,3 |

Fonte: Elaboração própria (2017).

A Percepção da Corrupção utiliza índices de pontuações em uma escala de 0 (muito corrupto) a 10,0 (muito limpos). A pontuação 10,0 indica um país totalmente transparente. Nenhum país tem uma pontuação perfeita, entretanto, dois terços dos países analisados estão abaixo de 5,0 refletindo sérios problemas de corrupção. No caso do Brasil, nota-se que a nota é inferior a 5,0, o que indica segundo essa análise que o Brasil é um país onde os recursos públicos são comprovadamente alvo de corrupção.

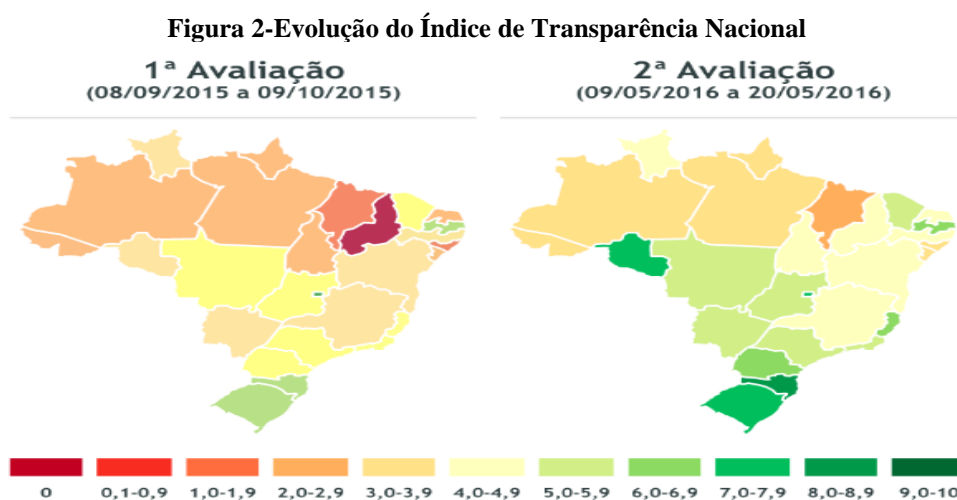
De acordo com as “Páginas de transparência Publica” alimentada pela CGU, o estímulo à transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública. A divulgação das ações governamentais aos brasileiros, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigia e desenvolve as noções de cidadania.

A CGU é o órgão incumbido de tornar e manter disponível repositório, denominado “banco de dados de Transparência Pública”, com todas as informações que formarão o conteúdo a ser divulgado nas páginas dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e cabe ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão apresentarem os modelos das páginas de Transparência Pública permitidos. Dessa forma, foram criados dois veículos de comunicação do governo federal com a Sociedade. O primeiro é o Portal da Transparência, que deve apresentar ao cidadão, em um único *site*, informações sobre a aplicação de recursos públicos federais, a partir da consolidação de milhões de dados de diversos órgãos relativos a Programas e Ações de Governo. O segundo, as Páginas de Transparência Pública devem disponibilizar, em *site* próprio de cada órgão e entidade, as

informações minuciosas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para um melhor banco de dados diante de assuntos referentes à transparência pública no Brasil, o Ministério Público Federal-MPF criou um projeto de combate a corrupção¹, onde os cidadãos podem acompanhar através do site, todas as informações referentes a assuntos de interesse nacional em diversos casos de corrupção, como zelotes, lava jato, mensalão e sobre a atuação do MPF frente a transparência pública. Com essa atuação, notou-se que o nível de transparência de estados e municípios brasileiros aumentou cerca de 33% em seis meses, a partir da atuação coordenada do MPF em todo o país. Esses resultados podem ser verificados através do Ranking Nacional da Transparência, que é um estudo que mede o nível de transparência de estados e municípios por todo o Brasil.

Foram avaliados portais de 5.567 municípios, 26 estados e o Distrito Federal até junho de 2016. Onde o Índice Nacional de Transparência subiu de 3,92, em 2015, para 5,21, em 2016. Acompanhe essa evolução na figura a seguir:



Fonte: Ranking Nacional da Transparência-MPF (2016).

2.4.1 Transparência Publica da Paraíba

O Tribunal de Contas do Estado-Paraíba TCE-PB é o órgão responsável no estado por analisar e disponibilizar as principais informações relativas à gestão pública fornecida pelos gestores municipais sobre a prática do princípio da transparência.

O TCE-PB tornou público nos meses de junho e novembro de 2016, relatórios que confirmam a evolução da transparência pública nas cidades da Paraíba.

¹ Site do projeto: www.combateacorrupcao.mpf.mp.br

Um outro levantamento mais amplo foi realizado pelo Grupo de Trabalho e Transparência do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção- FOCCO/PB² no final de 2013, sendo apresentado no Dia Internacional Contra a Corrupção, dia 09/12/2013. Na oportunidade foram disponibilizados relatórios de cada Prefeitura Municipal, sendo entregue aos promotores de justiça que lidam com o patrimônio público e aos relatores de contas do TCE/PB.

2.4.1.1 Ação dos órgãos de controle da Paraíba

A divulgação de relatório/diagnóstico possibilita a ação dos promotores de justiça de defesa do patrimônio público do Estado, que passaram a exigir das Prefeituras o cumprimento da legislação que trata da transparência pública.

Em atenção ao princípio da transparência e em consonância com seu Planejamento Estratégico 2011-2015 e 2016-2023, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB - incluiu, a partir do exercício de 2012, em seu Relatório de Análise de Contas Anuais de Prefeituras Municipais, o item 11.3 – Exercício da Transparência -, onde menciona a existência de site oficial dos referidos entes públicos na rede mundial de computadores, com portal de transparência destinado à divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, em cumprimento ao disposto na LAI. Citado relatório acusa, também, a disponibilização, pelos mesmos entes, de informações sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real, em conformidade com o disposto na Lei da Transparência (LC 131/2009). Também foram adotadas medidas no sentido da formalização de 223 processos de Inspeção Especial de Transparência da Gestão para a análise do cumprimento da Lei de Transparência e da Lei de Acesso à Informação pelos Municípios do Estado da Paraíba.

Notou-se que com maior atuação dos órgãos de controle, mais precisamente do TCE/PB, MPPB, Ministério Público Federal-MPF, Controladoria-Geral da União-CGU e Tribunal de Contas da União-TCU, houve uma evolução do cenário estadual, passando os Municípios a apresentarem uma maior preocupação com a disponibilização de um canal de comunicação com a população, proporcionando também um melhor acesso à informação pública.

² Focco-PB é um movimento formado por 22 órgãos. Foi criado em 2005, de forma pioneira no Brasil, e serve de modelo para a criação de movimentos similares no país, que objetivam intensificar o diálogo com quem zela pela aplicação dos recursos públicos e com a própria sociedade. Foi inspirado no Focco-PB que surgiu o movimento nacional Rede de Controle.

De acordo com o resultado do Ranking Nacional da Transparência divulgado em junho de 2016, na primeira avaliação João Pessoa era a terceira Capital mais transparente do Brasil com nota 9,0 em uma escala de 0 a 10. Sendo, portanto, a cidade mais transparente da Paraíba. Já na segunda avaliação, a capital paraibana passou a ser a 12º mais transparente, apesar de ter mantido a nota 9,0.

A Paraíba conseguiu uma boa nota, mas passou do 6º estado mais transparente do País na primeira avaliação do ano de 2015, para o 24º na avaliação no ano de 2016. A nota do estado diminuiu de 8,3 para 7,3 em 2015 e 2016 respectivamente.

A métrica para pontuação é realizada através de preenchimento de dados, aonde vai sendo pontuado aquele município que atenda as solicitações do Ministério Público Federal em relação à transparência pública.

2.4.2 Transparência Pública no Município de Tacima

Tacima ou Campo de Santana como também é conhecida, está localizada a cerca de 150 quilômetros da capital Paraibana, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE conta com 10.262 habitantes.

Considerada cidade pacata de interior, grande parte de seus habitantes são analfabetos, principalmente as pessoas com mais idade e menor poder aquisitivo. Ainda que existam escolas públicas no município, muitas crianças e jovens ainda deixam de estudar para ajudarem o país nos trabalhos de roça e doméstico. Portanto, temas de tal relevância ainda podem ser considerados de difícil entendimento para jovens do município.

O município conta com um portal de transparência disponível na internet, com informações sobre a execução orçamentária e financeira, conforme determina a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010.

Lopes (2007), afirma que é necessário não apenas prover acesso à informação pública ao cidadão, mas também estimular sua participação ativa tomada de decisões e na formulação de políticas, incluindo a própria construção da informação pública.

De acordo com o Ranking de Transparência Nacional divulgado no ano de 2016, a cidade de Tacima estava na posição nº1714 com nota 5,5 na primeira avaliação (2015). Já na segunda avaliação (2016), o município obteve um resultado inferior, caindo para posição de nº 3187 com nota 4,9. No Ranking de Transparência Estadual, a cidade também teve um regresso percentual nas avaliações, saindo da posição nº 147 para nº 175 na primeira e segunda avaliação, respectivamente. Ou seja, informações importantes devem ter sido

deixadas de serem evidenciadas, culminando na diminuição da nota de transparência da cidade. Assim sendo, pode-se considerar que o gestor da cidade está deixando de cumprir algumas solicitações essenciais no que corresponde ao cumprimento da transparência pública.

Quadro 2-Avaliação da cidade de Tacima segundo o Ranking de Transparência Nacional

| Posição Estadual do Município na 1ª Avaliação | Posição Estadual do Município na 2ª Avaliação | UF | Município | Ranking | | | |
|---|---|----|-----------|-------------------|-------------------|----------------------|----------|
| | | | | Nota 1ª Avaliação | Nota 2ª Avaliação | Diferença Percentual | Evolução |
| 147 | 175 | PB | TACIMA | 5,5 | 4,9 | (10,9%) | ↓ |

Fonte: Ranking Nacional da Transparência-MPF (2016).

2.4 Estudos Anteriores

O referencial teórico deste estudo foi baseado em artigos publicados em Congressos, e Periódicos que discorrem sobre assuntos relacionados à transparência pública, participação social, *accountability*, estudos de portais eletrônicos e afins, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 3-Principais estudos sobre transparência pública

| Autor/ano | Objetivo da Pesquisa | Resultado da Pesquisa |
|-----------------|--|---|
| CRUZ, 2015 | Verificar a relação entre variáveis de cumprimento de metas e limites fiscais e gestão fiscal responsável baseada na ação planejada, transparente e pautada em mecanismos de controle adequados. | Os resultados corroboram com a tese defendida no trabalho, quanto à falta de integração entre os pilares da gestão fiscal responsável nos municípios e períodos pesquisados. |
| BAIRRAL, 2014 | Analisar os níveis de transparência apresentados nos relatórios de gestão anuais de 2010 de 115 entidades públicas federais, do Poder Executivo, e quais os incentivos que podem afetar ou não a divulgação das informações. | Constatou-se que ainda existe assimetria informacional entre o gestor público e os cidadãos, visto que os níveis de transparência pública federal apresentados nos relatórios de gestão ainda são relativamente baixos. |
| FIGUEIRED, 2013 | Analisar a transparência e a participação social na administração pública. | Os resultados confirmaram que a sociedade precisa de mais conscientização quanto a importância de utilizar os instrumentos de participação social em prol. |
| CRUZ, 2009 | Identificar os fatores que influenciam a evidenciação e a transparência de informações relativas à gestão fiscal divulgadas nos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. | Verifica-se que por se tratar de municípios considerados de grande porte, os níveis de transparência fiscal eletrônica foram considerados baixos e incompatíveis com a sua realidade de desenvolvimento econômico-social verificados nas demais variáveis analisadas. |
| BARROS, 2008 | Identificar quais as principais mudanças em curso no TCE e o contorno e o alcance do princípio da transparência na entidade. | Constatou-se que os fins institucionais do TCE não se alteraram. |
| PINHO, 2008 | Buscou-se enriquecer o conceito de <i>accountability</i> com contribuições de autores pós-Campos. | Mostrou-se difícil dar uma resposta conclusiva à questão formulada neste artigo. Avanços têm sido realizados, mas mudanças de maior fôlego, são difíceis de ser dadas em um curto período de tempo. |
| LOCK, 2003 | Constatar se o contido no Art. 48, da Lei Complementar, está sendo cumprido pelas prefeituras, com relação à ampla divulgação em meios eletrônicos de acesso público. | Foi diagnosticado que a divulgação das informações geradas pela Contabilidade Pública não está adequada às exigências legais, comprometendo assim a transparência da gestão municipal. |

Fonte: Elaboração Própria (2017).

3 METODOLOGIA

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa baseada na proposta de Beuren (2010), classificadas quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos metodológicos e quanto à abordagem do problema.

3.1 Tipologia de Pesquisa

Quanto aos objetivos de pesquisa, este estudo justifica-se como sendo descritiva. Visto que, tem como intuito analisar o conhecimento dos alunos do ensino médio de uma escola, acerca da transparência pública.

Para Gil (1999), a principal função da pesquisa descritiva é descrever as características de determinado fenômeno ou população. Ou ainda, estabelecer relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa tem como característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Portanto, é essa a ideia de realização do presente trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa qualifica-se como bibliográfica, que na visão de Martins e Theóphilo (2009), utiliza-se como embasamento para as informações os periódicos, revistas, livros etc., e de levantamento de dados, pois, serão coletadas informações através de questionários, que para Gil (1999), se caracteriza pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento e/ou ideia deseja-se conhecer para a execução do trabalho.

No que se refere à abordagem do problema é caracterizada como qualitativa e quantitativa. Qualitativa pois visa conseguir analisar o conhecimento dos estudantes acerca da transparência pública. Richardson (1999), relata que abordar um problema qualitativamente pode ser uma boa forma de conhecer a natureza de certo fenômeno social. E quantitativa visto que, apresentou indicadores e percentuais diante das investigações propostas. De acordo com MINAYO (2008), os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências. Suas investigações evidenciam a regularidade dos fenômenos.

3.2 Amostra e População

Considerando-se os objetivos que norteiam esta pesquisa, a população são todos os 152 alunos do ensino fundamental do 8º e 9º ano que estão matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Terlopedes Cruz do município de Tacima – PB no presente ano. A

amostra foi de 116 respondentes. A escolha ocorreu em detrimento do grau de escolaridade. Uma vez que, por ser uma lei recente, espera-se que pessoas com um grau de escolaridade maior, saibam e /ou tenham alguma opinião sobre o assunto.

3.3 Método de Análise

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se de leitura das Leis de Acesso a Informação (LAI) e de Responsabilidade Fiscal (LRF), artigos sobre transparência pública, controle social e conteúdos afins.

O método de análise empregado foi a técnica de coleta de dados, tendo como instrumento de pesquisa um questionário estruturado, aplicado nos dias 5 e 6 de abril de 2017. As questões foram constituídas desde perguntas sobre o perfil dos respondentes, até questões sobre transparência pública. Questões estas que foram elaboradas tendo por base a escala de Likert, onde os alunos escolhem de 1 a 5 o mais próximo que expresse sua opinião diante do que se pergunta. O intuito da aplicação do questionário foi conseguir respostas diante do objetivo geral e dos objetivos específicos presentes na pesquisa.

3.4 Delimitação do estudo

Esta pesquisa teve como limitação a não participação de alguns estudantes, visto que, alguns não desejaram colaborar com o estudo, além dos faltosos no dia em que o questionário foi aplicado.

A coleta dos dados aconteceu durante o mês de abril de 2017 nos três turnos que dispõe de ensino fundamental. Considerando as respostas obtidas, durante o mês de abril todos os dados foram compilados, e a pesquisa pode chegar a uma conclusão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos dados obtidos foi realizada a análise destes para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

Os dados coletados foram inicialmente analisados através de planilhas elaboradas no Excel.

4.1 Perfil dos Respondentes

Do total dos respondentes, que foram 116, a presente pesquisa obteve um total de 76,32% dos estudantes ativos do 8º e 9º ano, sendo, 49 estudantes do turno da manhã, 50 do turno da tarde, e 17 da noite. Dentre eles, 46,55% são do gênero feminino e 53,45% do gênero masculino, apresentando uma diferença de 6,9% da quantidade de alunos entre os dois gêneros.

A tabela 1, abaixo apresentada, mostra o perfil dos respondentes em cada um de seus aspectos analisados.

| Tabela 1-Perfil dos Respondentes (continua) | | | |
|---|---------------------------|-------------------|--------------------|
| <i>Variável</i> | <i>Resposta</i> | <i>Frequência</i> | <i>Porcentagem</i> |
| GÊNERO | Feminino | 54 | 46,55% |
| | Masculino | 62 | 53,45% |
| | Total Geral | 116 | 100,00% |
| TURNO | Matutino | 49 | 42,24% |
| | Vespertino | 50 | 43,10% |
| | Noturno | 17 | 14,66% |
| | Total Geral | 116 | 100,00% |
| ANO ESCOLAR | 8ºMatutino | 30 | 25,89% |
| | 8º Vespertino | 33 | 28,45% |
| | 8ºNoturno | 8 | 6,90% |
| | 9ºMatutino | 19 | 16,38% |
| | 9º Vespertino | 17 | 14,66% |
| | 9ºNoturno | 9 | 7,76% |
| | Total Geral | 116 | 100,00% |
| FAIXA ETÁRIA | Entre 10 e 12 anos | 4 | 3,45% |
| | Entre 13 e 15 | 88 | 75,86% |
| | Mais de 15 | 24 | 20,69% |
| | Total Geral | 116 | 100,00% |
| ESCOLA PÚBLICA | Sim | 92 | 79,31% |
| | Não | 24 | 20,69% |
| | Total Geral | 116 | 100,00% |
| RENDA FAMILIAR | Menos de 1 salário mínimo | 54 | 46,55% |
| | 1 salário mínimo | 44 | 37,93% |
| | Até 2 salários mínimos | 13 | 11,21% |
| | + de 3 salários mínimos | 5 | 4,31% |
| | Total Geral | 116 | 100,00% |

| Tabela 2-Perfil dos | | Respondentes | | (conclusão) |
|---------------------------------|--------------------|---------------------|----------------|-------------|
| <i>Variável</i> | Resposta | Frequência | Porcentagem | |
| ACESSO DIÁRIO A INTERNET | Uma vez | 37 | 31,90% | |
| | Duas horas | 29 | 25,00% | |
| | Até 5 horas | 14 | 12,07% | |
| | Mais de 5 horas | 36 | 31,03% | |
| | Total Geral | 116 | 100,00% | |
| ONDE ACESSA | Lan House | 7 | 6,03% | |
| | PC em casa | 13 | 11,21% | |
| | Celular Smartphone | 96 | 82,76% | |
| | Total Geral | 116 | 100,00% | |

Fonte: Elaboração própria (2017).

De acordo com a tabela 1, identifica-se que a maior parte dos discentes que participaram da pesquisa estão no 8º ano matutino e vespertino, representando respectivamente 28,86% e 28,45% da amostra. E a menor parte da amostra encontra-se no 8º ano noturno com 8 alunos representando 6,9%, e no 9º ano dos três turnos com 45 alunos representando 38,80% do total respondente.

Dos entrevistados, cerca de 75,86% dos 116 respondentes, apresentou a faixa etária entre 13 e 15 anos, sendo 3,45% de 10 a 12 anos, e 20,69% com mais de 15 anos.

Verificou-se que 79,31% dos respondentes, ou seja, 92 alunos sempre estudaram em escolas públicas. Logo, é possível relacionar o fato da grande maioria nunca ter estudado em escola particular, com a renda familiar de cada entrevistado, que segundo os dados obtidos 46,55% desses sobrevivem com menos de um salário mínimo, 37,93% com apenas um salário mínimo, e apenas 15,52% tem uma renda familiar acima de 2 salários mínimos.

Um importante dado para se conhecer no perfil dos respondentes, foi a necessidade de saber em média quanto tempo cada entrevistado costuma acessar a internet durante o dia. 31,90% afirmaram acessar apenas uma vez por dia, enquanto que 25%, 12,07% e 31,03% alegaram que acessam duas horas, até cinco horas e mais de 5 horas por dia respectivamente.

Sabendo o tempo em média que cada um utiliza, perguntou-se de que maneira ocorre o seu acesso à internet, 82,76% costumam acessar através de Celular smartphone, enquanto que 11,21% e 6,03% acessam através de computador em casa e em lan house respectivamente.

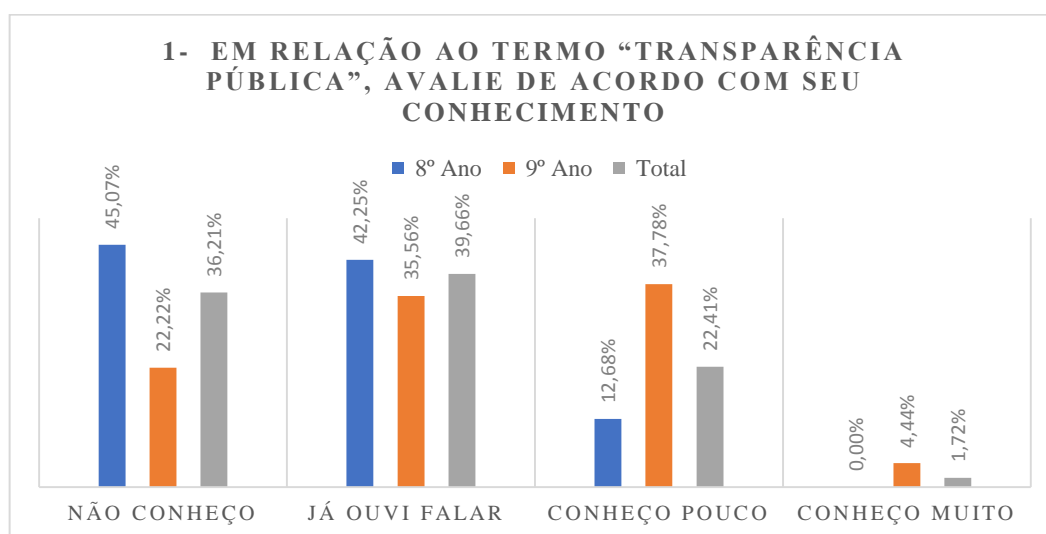
4.2 Questões sobre Transparência Pública

Os resultados a seguir contribuíram na resposta as questões estabelecidas como objetivos da pesquisa.

Na primeira questão foi solicitado que os respondentes avaliassem o termo Transparência Pública de acordo com seu conhecimento. Do total dos respondentes, 36,21% responderam que não conhecem, 39,66% já ouviram falar, 22,41% conhecem pouco, e somente 1,72% afirmaram conhecer muito sobre o termo transparência pública. Nota-se que os respondentes do 8º ano são maioria nos quesitos “não conheço”, e “já ouvir falar”, enquanto que “conheço pouco” e “conheço muito” ficaram por parte dos alunos do 9º ano.

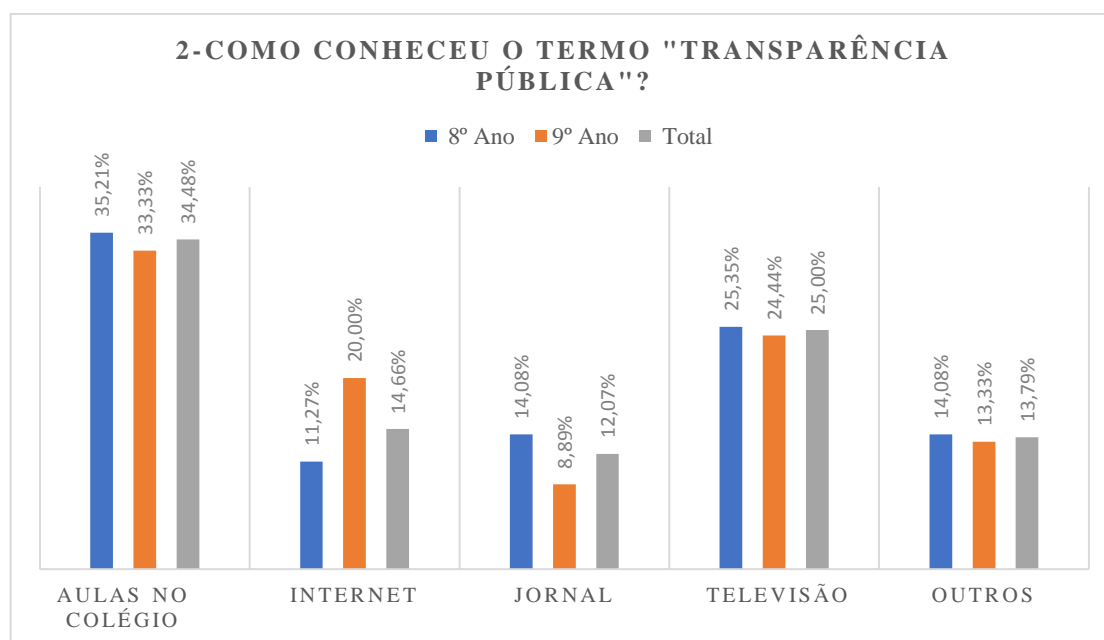
Comparando os resultados entre o 8º e 9º ano, nota-se que a maioria dos respondentes que não conhecem e/ou só ouviram falar é bem maior na turma do 8º ano.

Gráfico 1-Relação do termo ‘Transparência Pública’ com o conhecimento do entrevistado



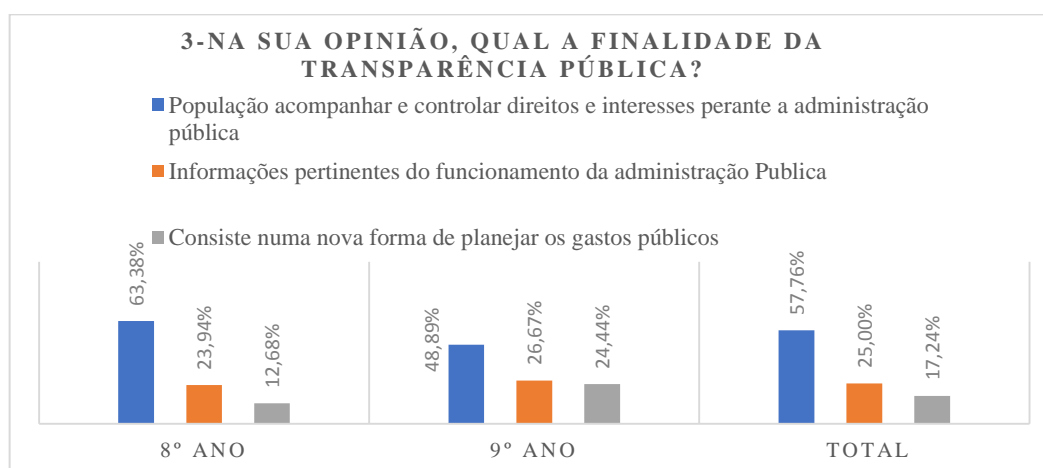
Fonte: Elaboração própria (2017).

Com relação a maneira que os respondentes conhecem o termo transparência pública, 34,48% dos alunos afirmaram que conhecem o assunto através de aulas ministradas no colégio, sendo a maioria, alunos do 8º ano. Logo, já pode-se responder um dos objetivos específicos da pesquisa, que pretendia verificar se a escola utiliza-se de meios para transmitir aprendizado para os seus alunos sobre transparência pública, controle social ou temas que contribuam com o fortalecimento da democracia. Comparando os resultados entre as turmas pesquisadas, enxerga-se percentuais bem próximos nessa questão de transmissão de conteúdos sobre transparência pública em sala de aula. Entretanto, como a quantidade de respondentes do 8º ano foi bem maior, os percentuais do 9º ano tendem a ser ainda maiores do que os demonstrados, uma vez que, apenas 45 alunos responderam. A televisão é um forte veículo de comunicação para os jovens, assim como a internet, porém, foi através da TV que 25,00% dos pesquisados afirmaram conhecer o termo transparência pública.

Gráfico 2-Como o entrevistado conheceu o termo ‘Transparência Pública’

Fonte: Elaboração própria (2017).

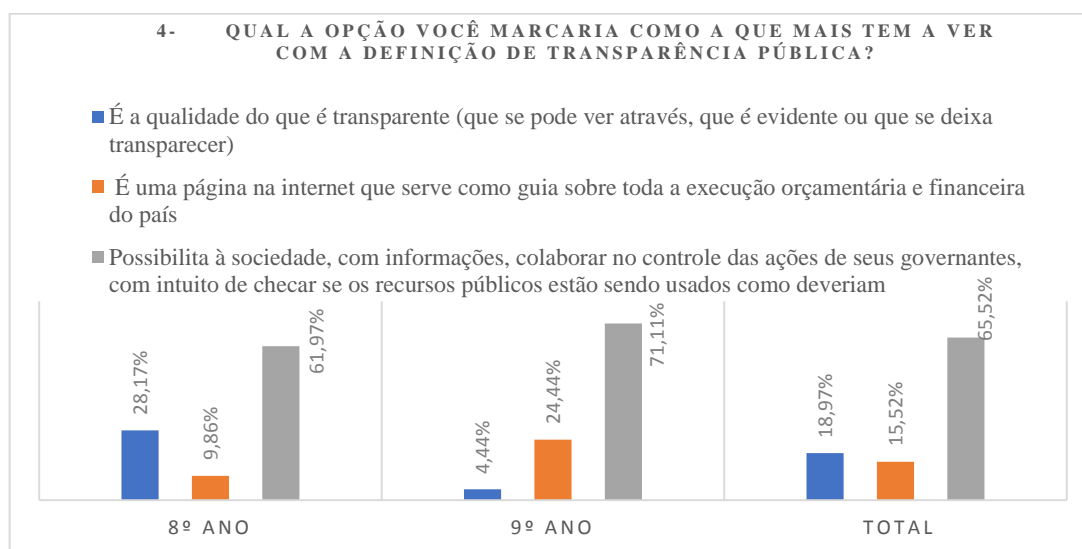
Além disto, foi questionado aos respondentes qual a opinião deles sobre a finalidade da transparência pública. Segundos os dados obtidos, 57,76% ou seja, 67 dos questionados acreditam que a finalidade da transparência pública é a de ajudar a população a acompanhar e controlar direitos e interesses perante a administração pública. Enquanto que 25,00% acham que serve para disponibilizar informações pertinentes para o funcionamento da administração Pública, e 17,24% assinalaram que consiste numa nova forma de planejar os gastos públicos. Em comparação por turma, percebe-se que as do 8º ano assinalaram em sua maioria a opção mais coerente diante do que foi perguntado. Possivelmente pelo fato de os mesmos serem parte do maior percentual dos entrevistados que já ouviram falar sobre tal tema.

Gráfico 3-Finalidade da Transparência Pública

Fonte: Elaboração própria (2017).

A quarta questão buscou saber entre três alternativas, qual a que o questionado escolheria como a que mais tem relação com a definição de transparência pública. Do total dos respondentes, 65,52% escolheram a definição mais coerente diante das afirmativas expostas. 18,97% escolheram “É a qualidade do que é transparente (que se pode ver através, que é evidente ou que se deixa transparecer) ” e 15,52% escolheram a opção que trata sobre a definição de Portal de transparência, que afirma “É uma página na internet que serve como guia sobre toda a execução orçamentária e financeira do país”.

Gráfico 4-Melhor definição de ‘Transparência Pública’ segundo os entrevistados

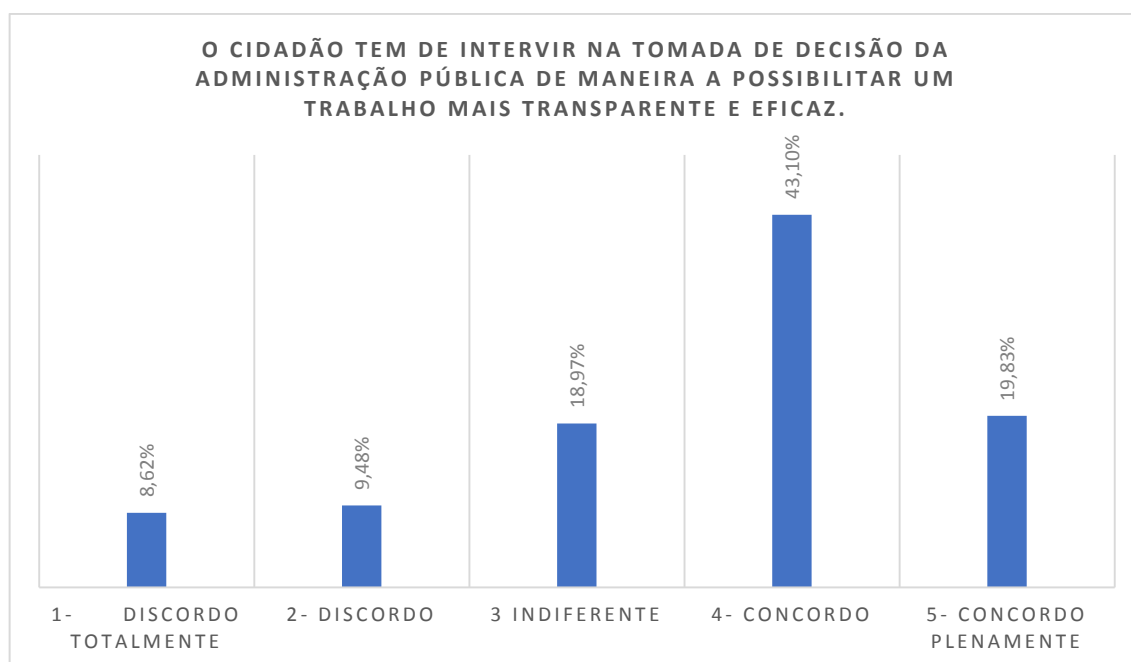


Fonte: Elaboração própria (2017).

A questão número 5 tratava sobre o conhecimento acerca da transparência pública, utilizou-se a escala likert como parâmetro, onde os respondentes escolhiam a opção que achavam mais conveniente de acordo com sua percepção, diante das afirmativas que estavam dispostas.

Verificou-se que a maioria dos respondentes concordam com a afirmativa de que é preciso que haja intervenção dos cidadãos na tomada de decisão da administração pública, de maneira a possibilitar um trabalho mais transparente e eficaz. 18,97% são indiferentes a afirmativa.

Gráfico 5- É preciso intervenção do cidadão na tomada de decisão da gestão pública

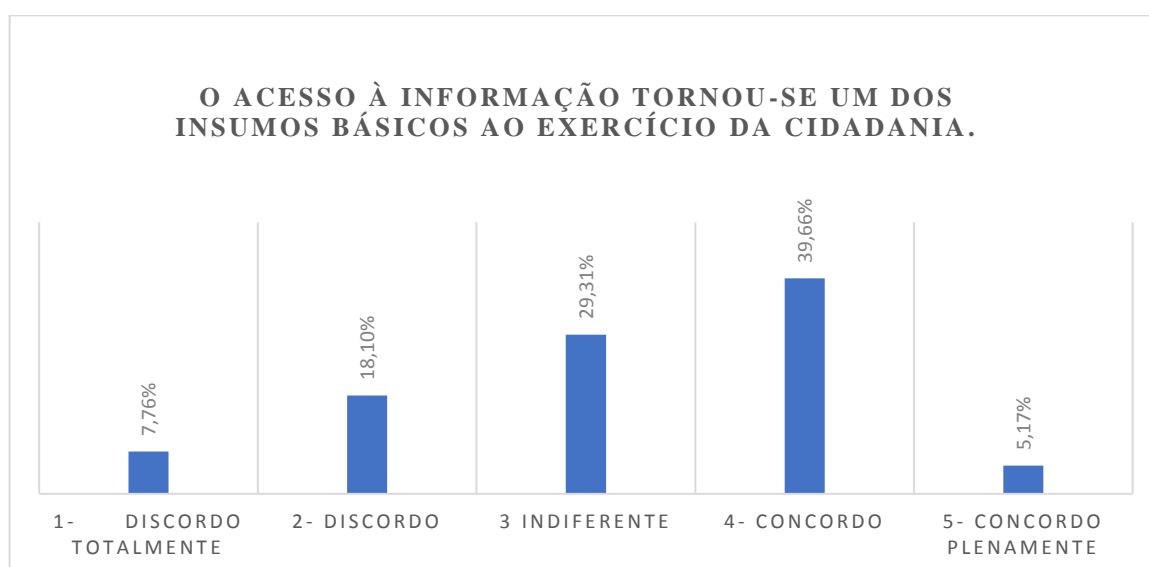


Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

No que diz respeito ao acesso à informação como insumo básico para o exercício da cidadania, 39,66% concordam com a afirmativa. 29,31% são indiferentes, e cerca de 18% discordam.

A informação é essencial, e tornou-se uma ferramenta básica para que o cidadão consiga acompanhar e fazer parte de maneira mais participativa da administração pública. Entretanto, se for feito uma junção dos percentuais abaixo, a maioria dos respondentes não concordam.

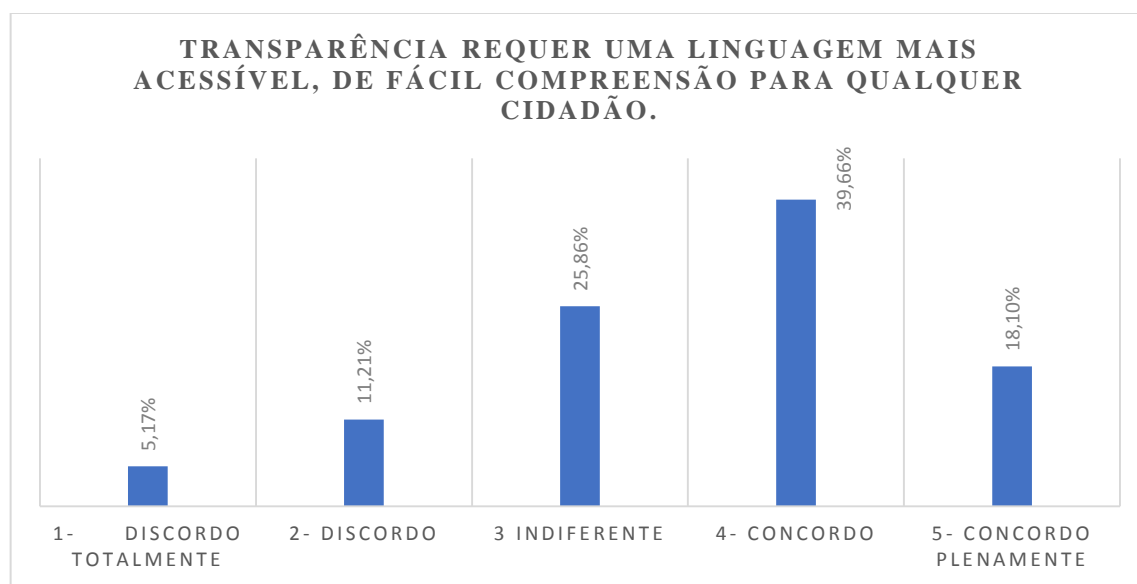
Gráfico 6-O acesso à informação como insumo básico ao exercício da cidadania



Fonte: Elaboração própria (2017)

É preciso que haja contrapartida do governo no fornecimento de informações claras e objetivas para todos os cidadãos. 36,66% dos entrevistados concordaram que é preciso que as informações sejam disponibilizadas de modo compreensível para todo e qualquer cidadão. 25,86% assinalaram ser indiferente e 18,10% concordaram completamente com assertiva.

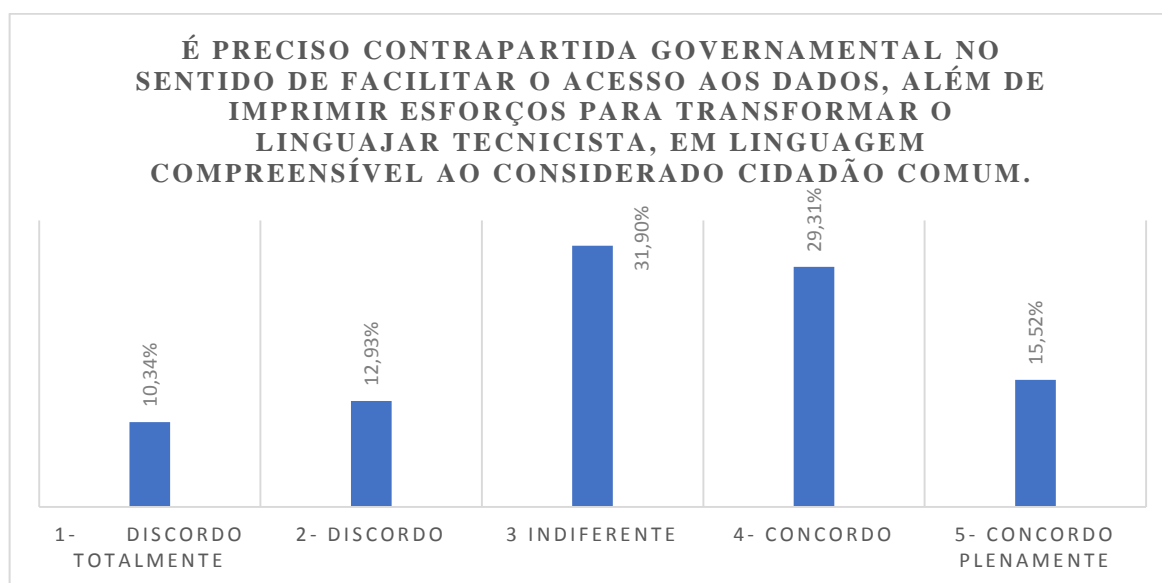
Gráfico 7-Transparência requer linguagem acessível a qualquer cidadão



Fonte: Elaboração própria (2017)

Em relação a ação do governo para tornar as informações mais acessíveis para todos, 31,90% demonstraram ser indiferentes. 29,31% concordaram que é preciso essa iniciativa por parte dos representantes públicos.

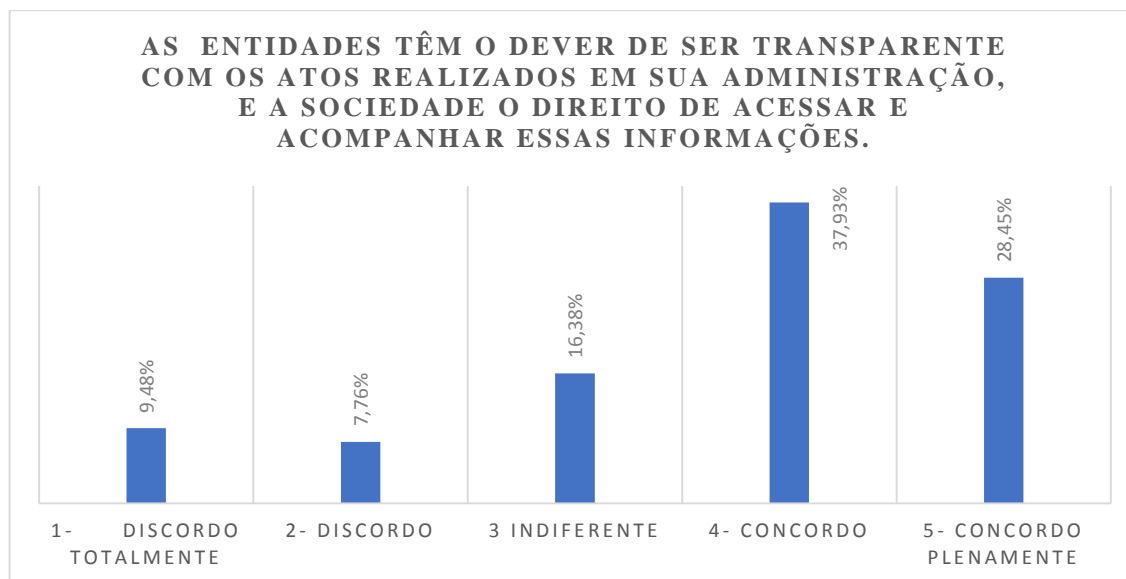
Gráfico 8-Contrapartida do governo para tornar as informações mais claras e objetivas



Fonte: Elaboração própria (2017)

A última afirmativa da questão 5, tratou da obrigatoriedade das entidades públicas serem transparentes e divulgar os recursos financeiros e orçamentários, assim como os atos realizados em sua administração, e do direito da sociedade de acompanhar como estão sendo gerido esses recursos. 37,93% assinalaram que concordam com a afirmativa, 28,45% concordam completamente e 16,38% são indiferentes.

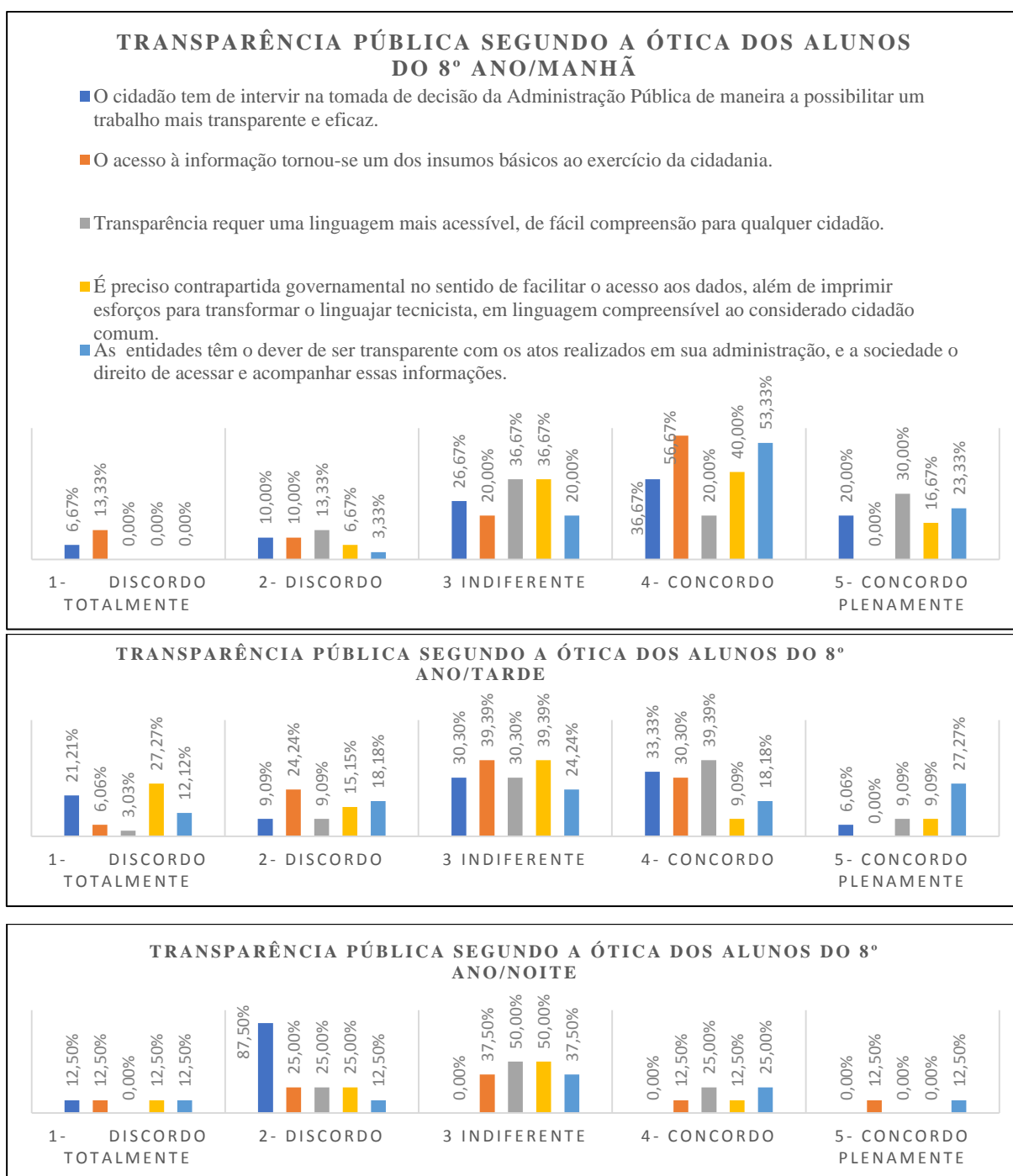
Gráfico 9-Dever das entidades serem transparentes e o direito da sociedade acompanhar as informações



Fonte: Elaboração própria (2017)

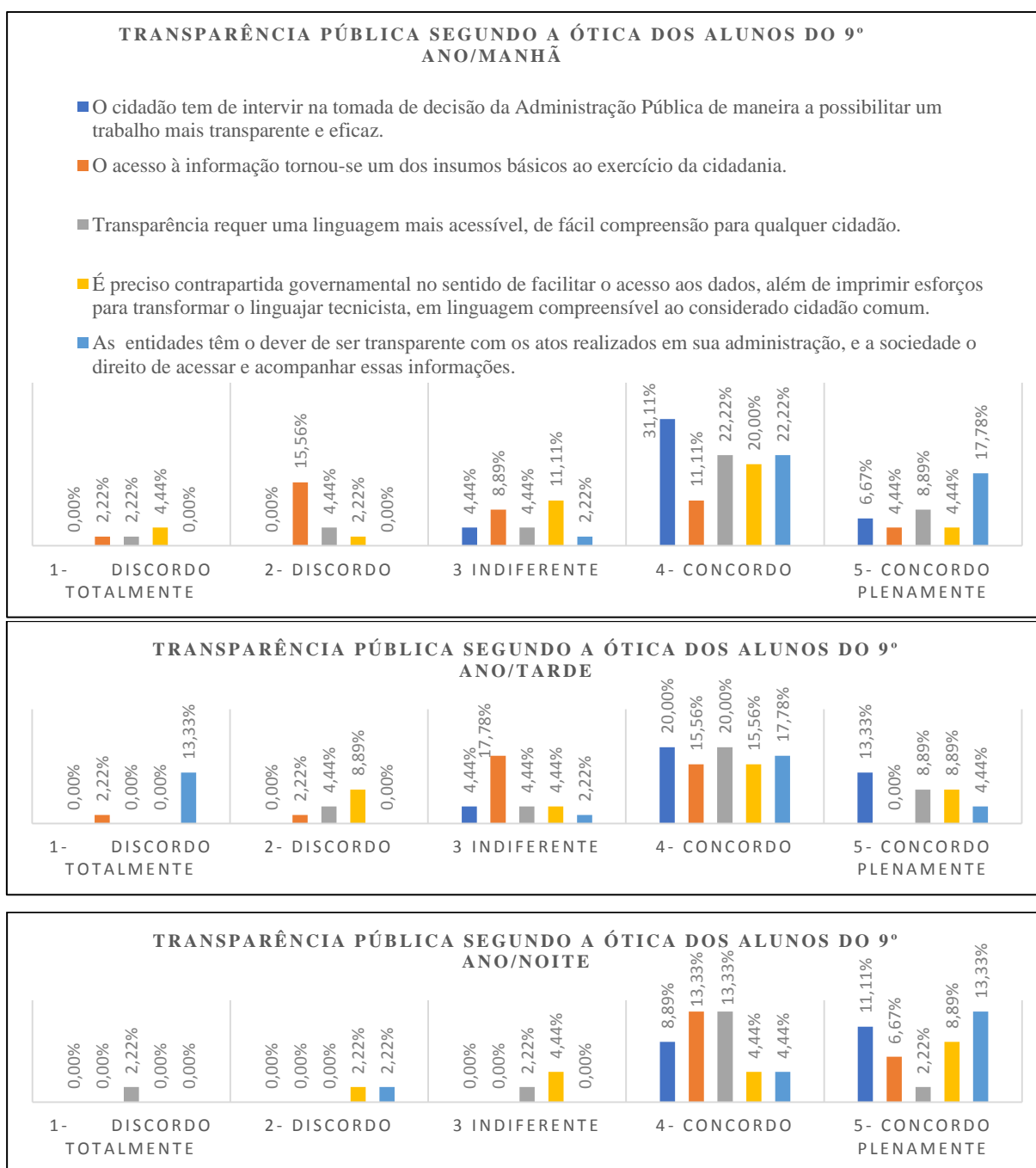
Os respondentes escolheram de 1 a 5 de acordo com o grau de relevância que os mesmos estimam para as afirmações. Fazendo uma comparação entre os turnos diurno e noturno do 8º ano é possível perceber que os respondentes do turno da manhã são mais seguros quanto as suas respostas, visto que, a maioria concorda ou concorda completamente com as afirmativas, enquanto que no turno da tarde a maioria concorda, entretanto, existem um grande índice de questionados que são “indiferentes” as afirmações. No turno da noite, os alunos também são “indiferentes”, porém, uma média de 35% também discorda das assertivas.

Gráfico 10-Transparência Pública 8º ano



Fonte: Elaboração própria (2017).

Em média 18% dos respondentes da turma do 9º ano/manhã, concordam ou concordam plenamente com as afirmativas. Cerca de 4,44% são indiferentes ao fato de que é preciso contrapartida governamental no sentido de facilitar o acesso aos dados, além de imprimir esforços para transformar o linguajar tecnicista, em linguagem compreensível ao considerado cidadão comum, enquanto que 8,89% concordam completamente com a afirmativa.

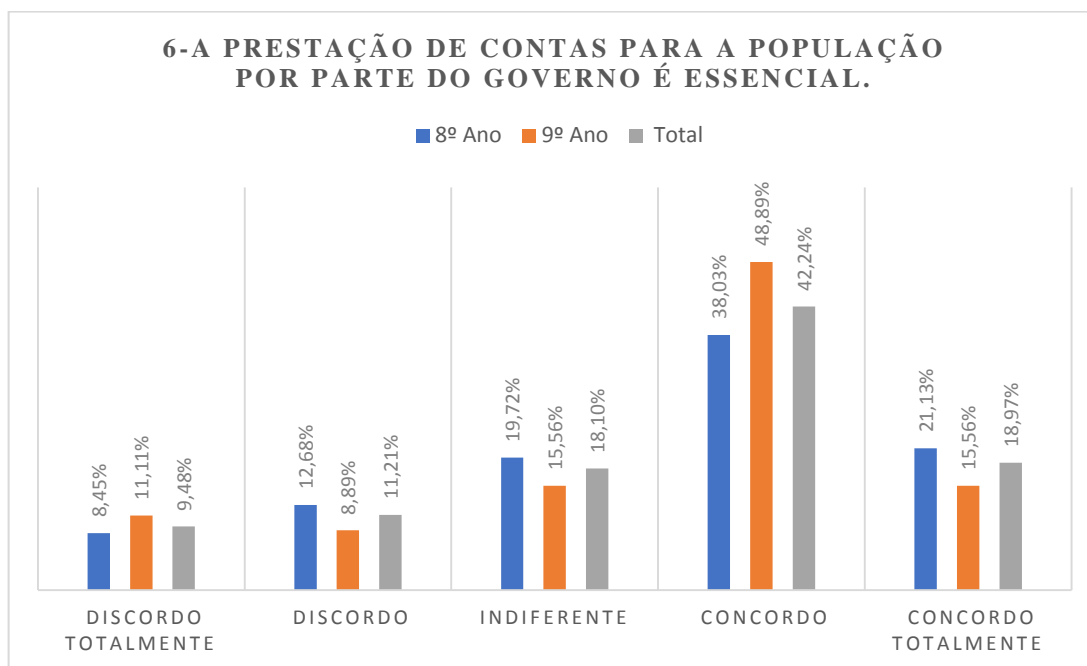
Gráfico 11-Transparência Pública 9º ano

Fonte: Elaboração própria (2017).

Diante do que foi exposto pelos gráficos acima, percebe-se que as turmas do 8º ano principalmente dos turnos matutino e vespertino tiveram maiores percentuais nas variáveis ‘concordo’ e ‘concordo plenamente’, o que nos leva a acreditar que no momento do preenchimento dos questionários estavam com mais conhecimento acumulado sobre o tema. Provavelmente um dos fatores que contribuiu significativamente para esses índices, foi o fato de os mesmos terem alegado que tiveram conteúdos sobre o tema e afins ministrados em sala de aula por algum professor.

Ainda buscando conhecer o nível de conhecimento dos entrevistados, a afirmativa 6 dizia “A prestação de contas para a população por parte do governo é essencial”. Do total, 42,24% concordaram, e apenas 9,48% discordaram totalmente.

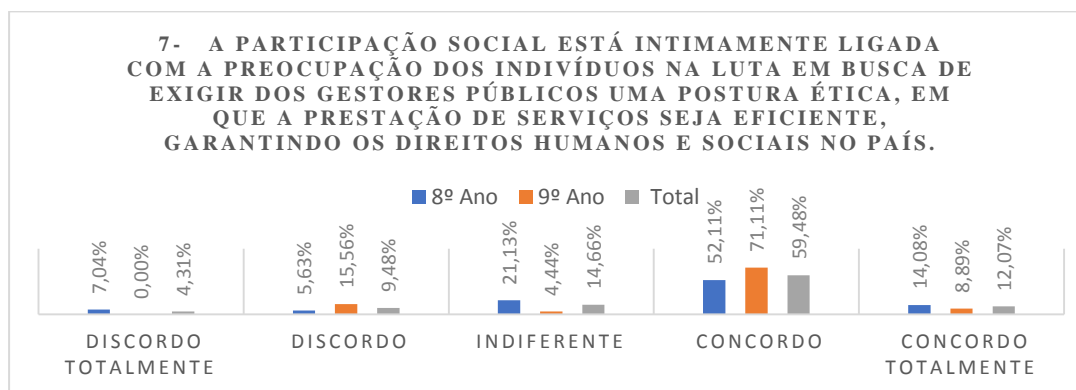
Gráfico 12-A Prestação de Contas por parte do governo é essencial



Fonte: Elaboração própria (2017).

A próxima declaração trata da importância social dos indivíduos na luta em busca de garantir que os gestores públicos sejam éticos diante de suas ações da administração pública, possibilitando assim, que sejam tomadas atitudes eficientes e eficazes para o bem comum, além de garantir direitos humanos e sociais para todo. De acordo com os dados, a opção ‘concordo’ foi maioria nas duas turmas com 59,48%. Enquanto que ‘discordo’ ficou com 9,48%.

Gráfico 13-A importância da Participação Social em busca dos direitos humanos e sociais



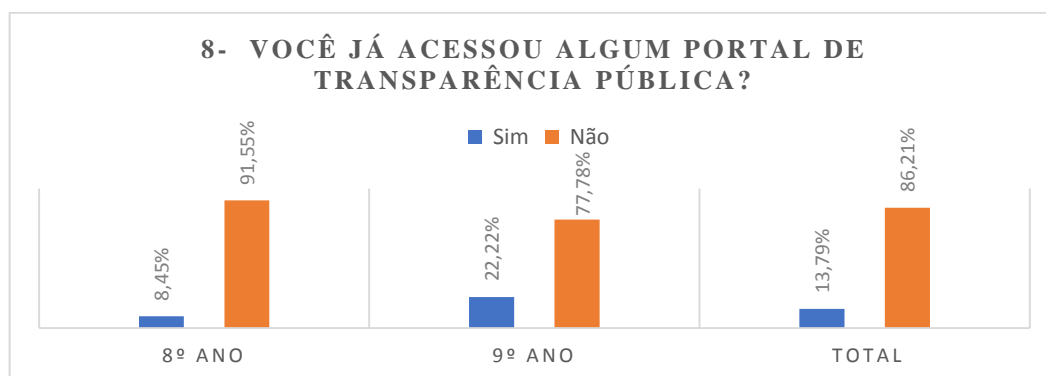
Fonte: Elaboração própria (2017)

As perguntas seguintes estavam relacionadas ao comportamento pessoal do cidadão, já que cada decisão da administração pública tem o poder de afetar as suas vidas. Assim sendo, é preciso que toda a população esteja atenta as informações e atitudes tomadas por seus representantes. Além disso, as questões contribuíram significativamente para responder a maioria dos objetivos estabelecidos na pesquisa.

A questão 8 perguntava se o respondente já tinha acessado algum portal de transparência pública, entretanto 86,21% dos 116 responderam que não e 13,79% sim. O percentual de “não” do 8º e 9º ano foi de 91,55% dos 71 alunos e 77,78% dos 45 alunos respectivamente.

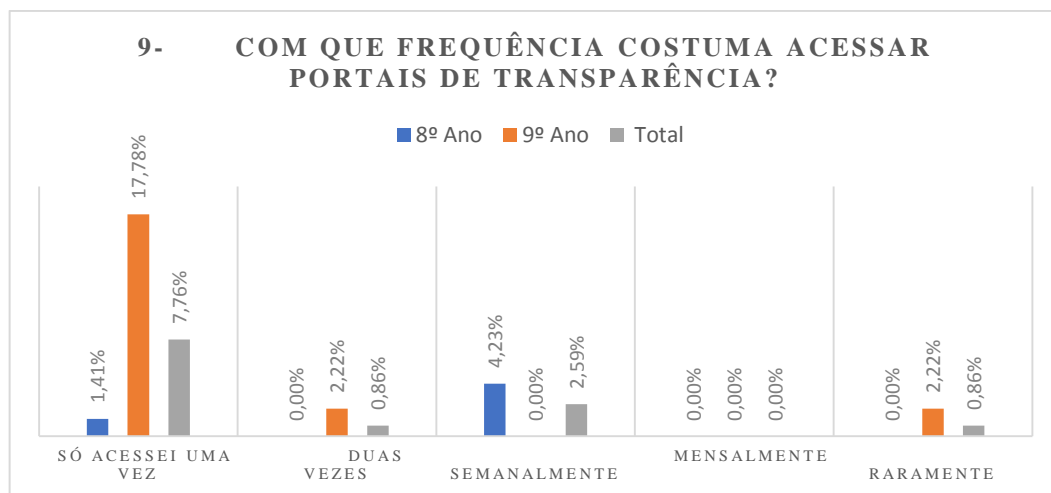
Frente aos dados obtidos, é possível responder ao segundo objetivo específico que buscou investigar se existia alguma frequência de acesso dos alunos aos portais de transparência Pública. Logo, pode-se afirmar que diante das respostas, os questionados não têm o hábito de acessar portais de transparência pública.

Gráfico 14-Acesso a Portais de Transparência



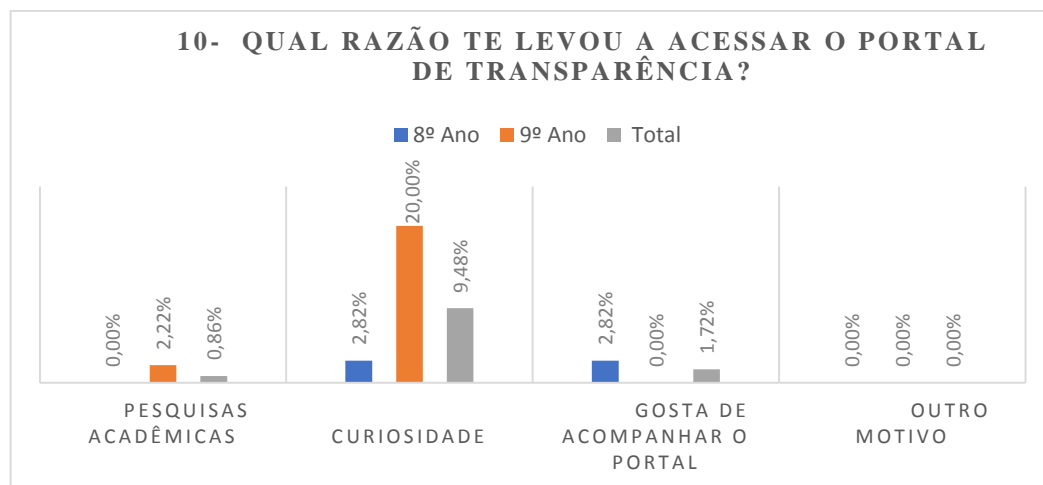
Fonte: Elaboração própria (2017).

A questão 8 solicitava que quem respondesse “não”, passasse diretamente para a questão 12. Os que marcassem sim, teriam que responder o questionário normalmente sem ‘pular’ questões. Assim sendo, os 13,79% que disseram sim tiveram que responder à questão 9,10 e 11. Destes, apenas 7,76% do total, 17,78% do 9º ano e 1,41% do 8º ano acessaram uma única vez, enquanto que 2,59% do total afirmaram que acessam semanalmente.

Gráfico 15-Frequência de acesso a Portais de Transparência

Fonte: Elaboração própria (2017).

A razão que levou os questionados a acessar algum portal de transparência segundo 9,48% foi ‘curiosidade’. Enquanto que 1,72% afirmam gostar de acompanhar portais.

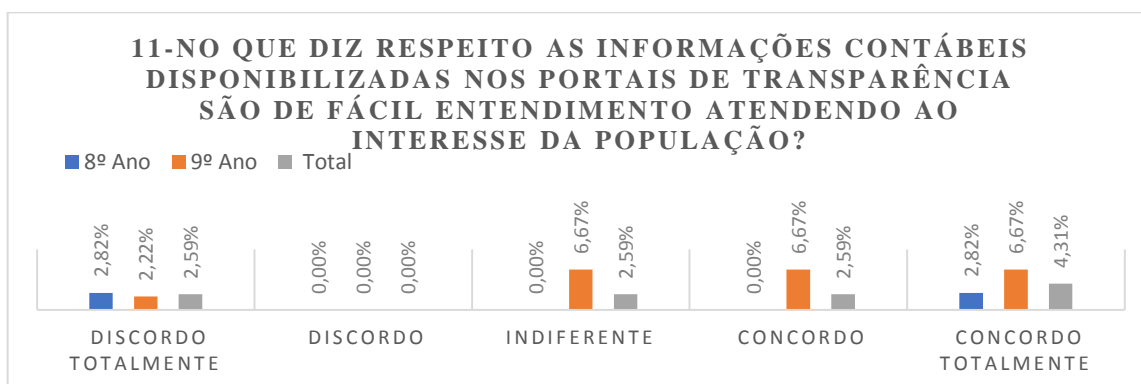
Gráfico 16-Razão do Acesso ao Portal de Transparência

Fonte: Elaboração própria (2017).

A 11ª questão buscava conhecer a opinião dos respondentes diante da facilidade ou dificuldade de interpretação das informações disponibilizadas nos portais de transparência, se são de fato claras e objetivas a toda população que tenha interesse em acessar. 2,59% discordam totalmente que as informações sejam claras para todos, enquanto que 4,31% concordam com o enunciado. Logo, o objetivo (C) da pesquisa é resolvido, visto que, buscava avaliar se as informações disponibilizadas no portal de transparência da cidade eram claras e objetivas, através das respostas dos estudantes. Assim sendo, segundo os respondentes que já

acessaram algum portal de transparência, as informações são claras e objetivas e atendem aos interesses da população.

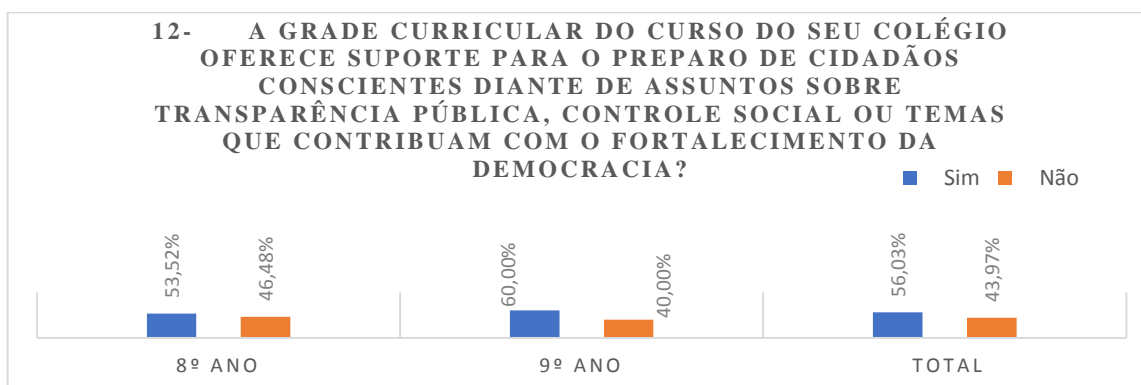
Gráfico 17-Clareza das informações para a população



Fonte: Elaboração própria (2017).

Voltando a amostra total de respondentes, procurou-se avaliar se o colégio Terlopedes Cruz oferecia suporte para o preparo de seus alunos diante de assuntos como transparência pública, controle social e temas que contribuam para o fortalecimento da democracia. 56,03% do total disseram que sim, que a grade curricular de seu colégio dispõe de auxílio informacional nesse sentido.

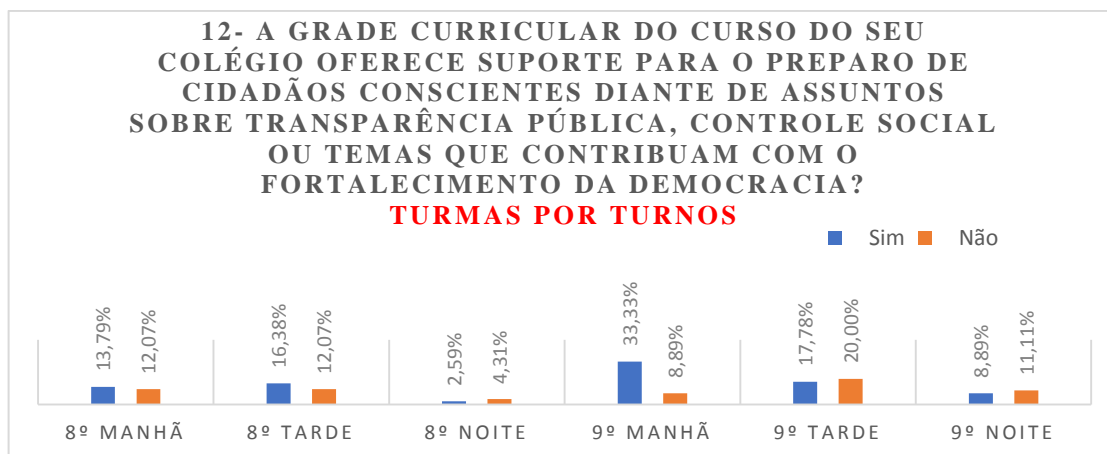
Gráfico 18-O colégio no preparo de cidadãos conscientes



Fonte: Elaboração própria (2017).

O gráfico abaixo possibilita visualizar que no geral as turmas analisadas independentes dos turnos, têm na grade curricular do colégio assuntos repassados sobre o tema em questão. A quantidade de respondentes de cada turno deve ser levada em consideração, visto que a turma da manhã do 8º representa 25,86% do total, tarde 28,45% e da noite 6,9%. Enquanto que a turma da manhã do 9º ano representa 16,38%, tarde 14,66% e da noite 7,76% do total, tornando os índices similares quando comparados por turnos. Logo, as turmas do 8º da tarde e 9º da manhã são mais bem avaliadas em relação aos outros turnos.

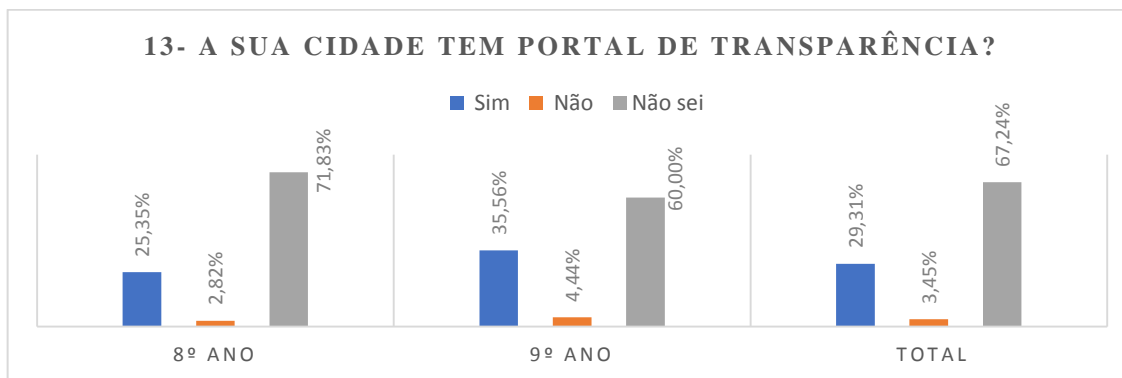
Gráfico 19-O Colégio No Preparo De Cidadãos Conscientes. /Por Turma E Turno



Fonte: Elaboração própria (2017).

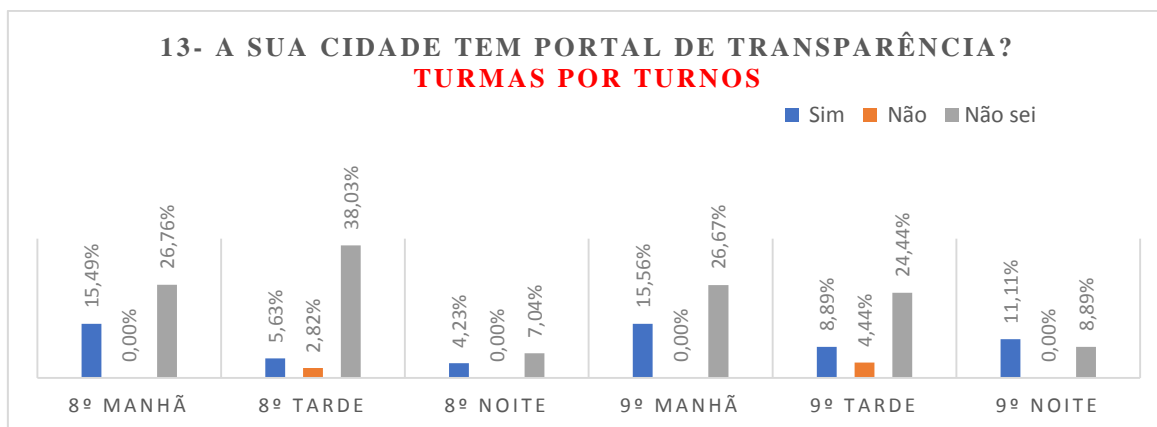
A questão 13 tratava sobre o portal de transparência do município, buscava-se conhecer se os respondentes sabiam da existência do portal de sua cidade, uma vez que a existência do mesmo é obrigatória. 29,31% responderam que ‘sim’, 3,45% ‘não’ e 67,24% não souberam responder.

Gráfico 20-Existência do Portal de Transparência da Cidade



Fonte: Elaboração própria (2017).

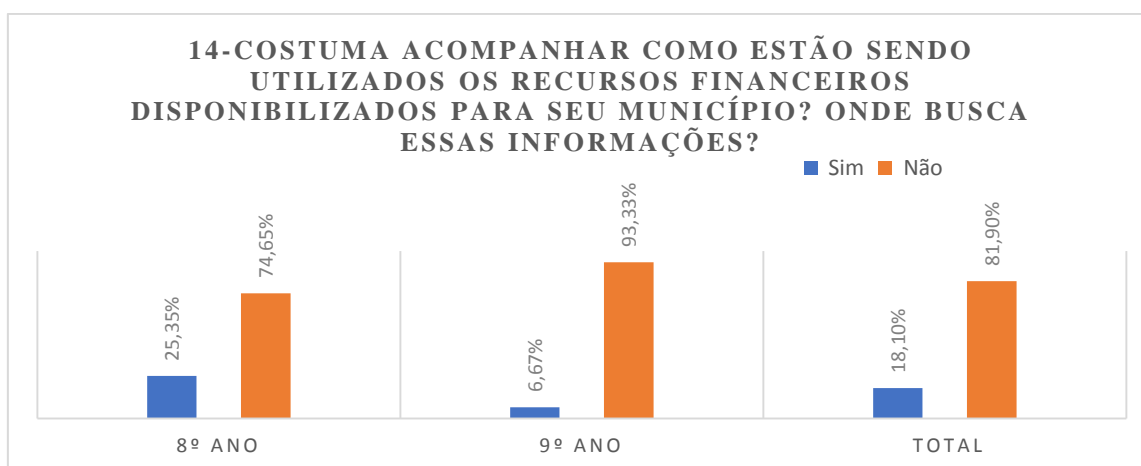
Fazendo a análise por turno, a maioria não soube responder se a cidade tinha portal. Apenas no turno da noite do 9º ano que o índice ‘sim’ foi superior aos demais.

Gráfico 21-Existência do Portal de Transparência da Cidade/Por Turma E Turno

Fonte: Elaboração própria (2017).

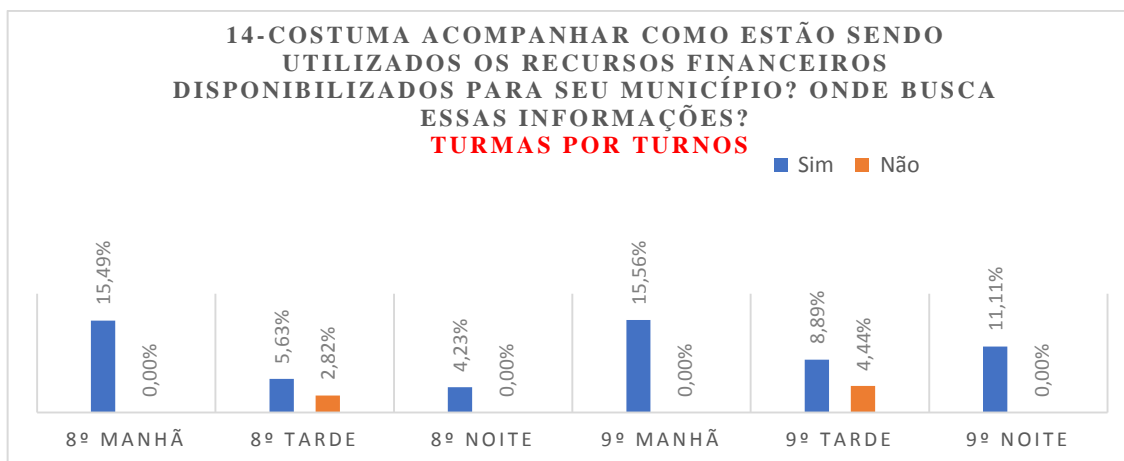
Para resolução do último objetivo específico almejado por essa pesquisa, buscou-se analisar se os alunos costumam acompanhar como estão sendo utilizados os recursos financeiros disponibilizados para seu município. Caso sim, onde normalmente buscam essas informações.

81,89% ou seja 95 alunos responderam que não tem o hábito de acompanhar a distribuição dos recursos financeiros de seu município. 18,10% disseram ‘sim’, mas apenas um aluno escreveu que costumava buscar informações na prefeitura.

Gráfico 22-Acompanhamento dos Recursos Financeiros do Município

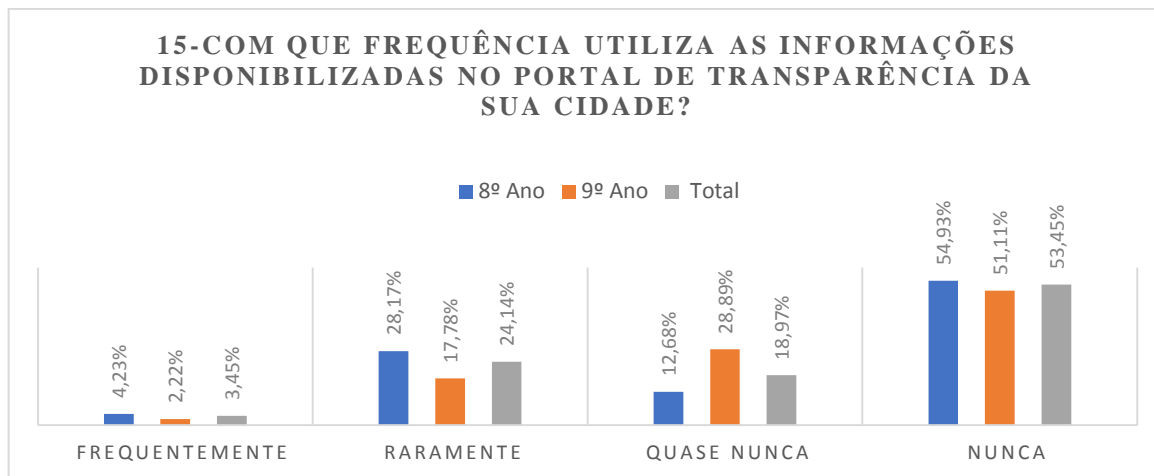
Fonte: Elaboração própria (2017).

Por turnos, percebe-se que a maioria que costuma acompanhar os recursos do município são do 8º ano da manhã, seguidos do 8º tarde e 9º manhã.

Gráfico 23-Acompanhamento dos Recursos Financeiros do Município /Por Turma E Turno

Fonte: Elaboração própria (2017).

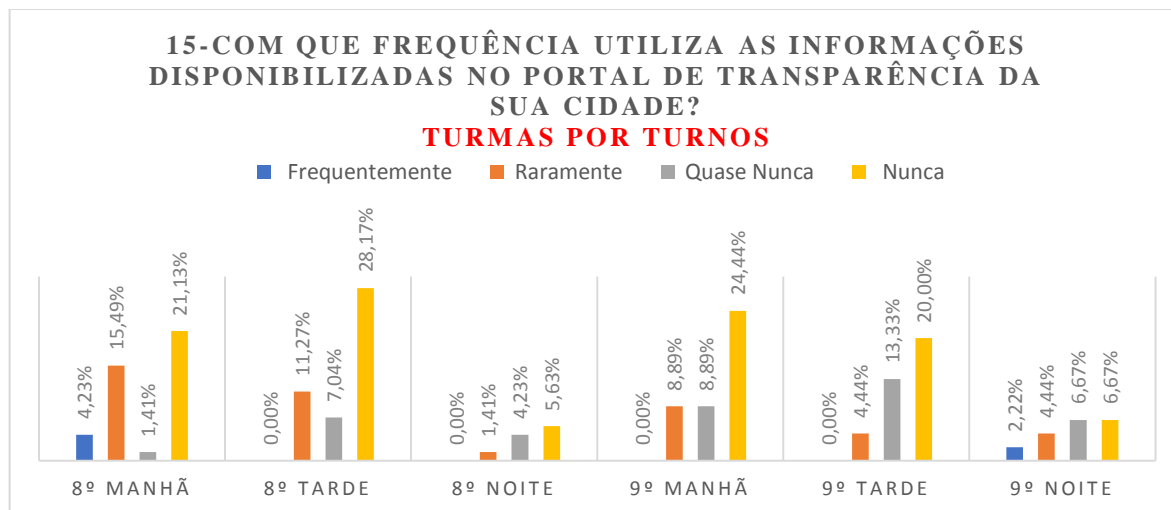
A última questão buscava saber se existia alguma frequência de utilização das informações disponibilizadas no portal de transparência da cidade. 53,45% dos respondentes total afirmaram que nunca utilizam as informações do portal de transparência. 18,97% quase nunca, 24,14% raramente e 3,45% afirmam que usam com frequência.

Gráfico 24-Frequência no uso das informações disponibilizadas no Portal de Transparência

Fonte: Elaboração própria (2017).

De acordo com 28,17% da turma da tarde do 8º ano e 24,44% do 9º ano manhã nunca utilizam as informações contidas no portal.

Gráfico 25-Frequência no uso das informações disponibilizadas no Portal de Transparência/ Por Turma E Turno



Fonte: Elaboração própria (2017).

Diante dos dados obtidos, entende-se que as turmas analisadas são detentoras de conhecimentos básicos sobre transparência pública, principalmente por ter no currículo escolar algum momento que tratam em sala de aula sobre o tema. Entretanto, percebe-se que a turma do 8º ano do turno da manhã é a que mais tem noção de conhecimentos sobre o tema em questão. Ainda assim, é preciso que as escolas passem a trabalhar sobre assuntos de tal relevância ainda mais cedo, visto que, são as crianças e os jovens os responsáveis por um futuro melhor do País e do mundo em todos os quesitos. Deste modo, é preciso que haja vontade por parte da população em conhecer e ajudar a administração pública a ser cada vez mais transparente para o bem comum.

Assim como no trabalho de Figueiredo 2013 exposto no quadro de estudos anteriores onde o mesmo buscou analisar a transparência e a participação social na administração pública, os resultados dessa pesquisa foram bem parecidos. O fato é que a sociedade precisa de mais conscientização quanto à necessidade e relevância de conhecer e utilizar os instrumentos de participação social públicas em prol da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar o conhecimento dos discentes do ensino fundamental da Escola Municipal Terlópedes Cruz na cidade de Tacima-PB, acerca da Transparência Pública. Foram aplicados questionários em sala de aula nas turmas do 8º e 9º ano dos três turnos, contando com uma amostra de 116 respondentes. Os resultados foram analisados e apresentados através de gráficos e tabelas para melhor compreensão.

A primeira etapa dos resultados alcançados demonstrou que a maioria dos respondentes estavam na faixa etária de 13 aos 15 anos, representando 75,86% do total. O que afirma que apesar da pouca idade, assuntos de tal relevância se faz necessário para a construção de cidadãos cada vez mais participativos e conscientes.

Por ser cidade do interior, buscou-se conhecer a renda familiar e se esses alunos sempre estudaram em escolas públicas, visto que, acredita-se que em escolas particulares assuntos como transparência pública tende a ser tratado com maior ênfase. Através dos dados obtidos, notou-se que 46,55% sobrevivem com menos de um salário mínimo e 37,93% com um salário mínimo, logo, é possível entender o fato de que 79,31% sempre estudaram em escolas públicas.

A segunda e última etapa do questionário tinha a responsabilidade de responder os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, os resultados apontaram que apesar de não terem costume de participarem efetivamente da administração pública, as turmas analisadas conhecem assuntos sobre transparência pública. Visto que, no geral, responderam todas as perguntas próximo do que realmente esperava-se.

Dados os resultados, foram alcançados os objetivos específicos e, por conseguinte, o objetivo geral.

Os resultados encontrados mostraram a percepção dos estudantes de uma escola municipal acerca da transparência pública respondendo, assim, ao problema de pesquisa. Uma vez respondido o problema, conclui-se a presente pesquisa.

Sugere-se para próximas pesquisas ampliar o universo da pesquisa para alunos do ensino médio. Assim como, pode ser feito uma comparação entre alunos de escolas públicas e escolas particulares.

REFERÊNCIAS

A EFICÁCIA da lei de responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos municipais . In.: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 4, 2011, Florianópolis , **Anais...** Florianópolis: Centro de Cultura e Eventos da UFSC, 2011.

AMIGOS ASSOCIADOS DE RIBEIRÃO BONITO. **Combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.amaribo.org.br/pt_BR/midia/publicacao_cartilha>. Acesso em: 06 fev. 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

BAIRRAL, Maria Amália Silva; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. **Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n3/0034-7612-rap-49-03-00643.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 15ª ed. rev. e atual. por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro. Forense, 2002.

BARROS, Márcio dos Santos. **Transparência, a resposta institucional à pressão social: o caso do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. 2008.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. **Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regulação de alguns incisos do art. 5º. E outras providências.** Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretária do Tesouro Nacional: **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Transparência Pública, 2016. Disponível em: <<http://www3.transparencia.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p 30-50, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação e controle social das políticas pública.** Brasília: ANDI, Artigo 19, 2009. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/materiais-interesse/Acesso-a-informacao-econtrole>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Orçamento público:** planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M. et al. Transparência da Gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 46, n. 153 jan./fev. 2012.

CRUZ, C. F.; MACEDO, M. A. S.; SAUERBRONN, F. F. Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1375-1400, 2013.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência na gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, gestão e governança.** Brasília, v. 12, n. 3, p.102, 2009.

CRUZ, Flavio da. **Contabilidade e Movimentação Patrimonial do Setor Público.** Edição do autor: Rio de Janeiro, 1988. Disponível em <<http://www.flaviodacruz.cse.ufsc.br>>. Acesso em: 06 set. 2016.

DANTAS, Éder. **Transparência pública e acesso a informação: a experiência de João Pessoa/PB.** 2015. Disponível em: <<http://www.pdpp2015.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY>>

6InBhcmFtcyI7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZPIjtzOjM6IjY3OCi7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiI4NGJkMzVhN2YxOWU4MzYzOTNiNTRmNzA0MmViOTM2MyI7fQ%3D%3D>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FIGUEIREDO, Vanusa da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e Controle social na Administração Pública. **Temas de Administração Pública**. v.8, n.1. 2013.

FOCCO. **Fórum permanente de combate à corrupção no estado da Paraíba**. Paraíba, 2015. Disponível em: < <http://www.foccopb.gov.br/>> Acesso em: 21 dez. 2016.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMANI, J. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRUMAN, Marcelo. Dossiê Governabilidade, Informação E Fiscalização Política. Lei De Acesso À Informação: Notas E Um Breve Exemplo Dossiê Governabilidade, Informação E Fiscalização Política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.3, p.97-108, set.-dez. 2012.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**. Censo 2010. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251640&search=paraiba%7Ctacima>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

LOCK, Fernando do Nascimento. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na internet**. 2003. Dissertação (Mestrado) - UFPE-ADNE-PNUD, Recife, 2003.

LUNKES, R. J. et al. Transparência no setor público municipal: Uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras com base em um instrumento de apoio à decisão. **Revista da Controladoria-Geral da União**, Brasília, v.7, n.10, p.88-108, jun./jul. 2015.

MANHANI, Danilo. **Despesa pública na Lei de Responsabilidade Fiscal**, 2004. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/6144/despesa-publica-na-lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIM, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos São Paulo**: Malheiros, 2003, p. 497.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos**: estudos e comentários sobre a Lei 8.666/93 e 8.987/95, a nova modalidade do pregão, impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MPF, Combate a Corrupção. **Ranking da transparência publica segunda avaliação**. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-pb.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Combate a Corrupção**. Ranking da transparência pública. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/resultados/ranking/mapa-da-transparencia>>. Acesso em: 11 set. 2016.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.42, n.3, p.471-493, maio/jun. 2008.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.6, p.1343-1368, nov./dez. 2009.

PIRES, Alexandre Kalil. **Gestão pública e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011. v. 6.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim et al. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP 2005.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audi Luiz. Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade. 2004. **Anais...** INPEAU. Florianópolis, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, José Luiz Lins dos. **Transparência regulatória e controle social experiências exitosas em regulação na América Latina e Caribe**. Presidência da República, Brasília, 2012.

SILVA, M. M. da. **Lei de responsabilidade fiscal**: enfoque jurídico e contábil para os municípios. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Fábila Jaiany; BARROS, Célio da Costa; SILVA, Maurício Corrêa. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 13, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2013.

WRIGHT, G. A.; PAULO, E. Análise dos Fatores Determinantes da Transparência Fiscal Ativa nos Municípios Brasileiros. In: CONGRESSO ANPCONT, 8, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

WRIGHT, Gabriel Aragão. **Análise dos fatores determinantes da transparência fiscal ativa nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – UnB-UFPB-UFRN, João Pessoa, 2013. 123f.



APÊNDICE - A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

Este questionário tem por finalidade auxiliar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “**Estudo sobre a transparência pública sob a ótica dos discentes de uma escola municipal**”, da pesquisadora Jéssica Bruna Rocha Bernardo, discente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. Por se tratar de uma pesquisa científica, as respostas serão tratadas de forma absolutamente confidencial, ou seja, sem qualquer identificação do respondente. Peço sua colaboração em responder as questões conforme sua opinião. Agradeço sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

Perfil dos Respondentes

1- Gênero

- () Feminino
() Masculino

2- Faixa Etária

- () Entre 10 e 12 anos
() Entre 13 e 15 anos
() Acima de 15 anos

3- Qual série está cursando?

- () 8º Ano
() 9º Ano

4- Qual turno?

- () Matutino
() Vespertino
() Noturno

5- Sempre estudou em escola Pública?

- () Sim
() Não

6- Qual a sua renda familiar

- () Menos de 1 salário mínimo

- ☐ 1 salário mínimo
- ☐ Até 2 salários mínimos
- ☐ Acima de 3 salários mínimos

7- Com que frequência costuma navegar na internet?

- ☐ Uma vez por dia
- ☐ Duas Horas por dia
- ☐ Até cinco horas por dia
- ☐ Mais de 5 horas por dia

8- Seu acesso à internet ocorre de que maneira?

- ☐ Lan House
- ☐ Computador em casa
- ☐ Celular *Smartphone*

Questões sobre Transparência Pública

1- Em relação ao termo “Transparência Pública”, avalie de acordo com seu conhecimento

- ☐ Não Conheço
- ☐ Já Ouvi falar
- ☐ Conheço Pouco
- ☐ Conheço muito

2- Como você conheceu o termo “Transparência Pública”?

- ☐ Por meio de aulas no colégio
- ☐ Internet
- ☐ Jornal
- ☐ Televisão
- ☐ Outros _____

3- Na sua opinião, qual a finalidade da Transparência Pública?

- ☐ População acompanhar e controlar direitos e interesses perante a administração pública
- ☐ Informações pertinentes do funcionamento da administração Publica
- ☐ Consiste numa nova forma de planejar os gastos públicos

4- Qual a opção você marcaria como a que mais tem a ver com a definição de transparência pública?

- () É a qualidade do que é transparente (que se pode ver através, que é evidente ou que se deixa transparecer)
- () É uma página na internet que serve como guia sobre toda a execução orçamentária e financeira do país
- () Possibilita à sociedade, com informações, colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam

5- Em relação a seu conhecimento sobre transparência pública, avalie sua percepção de acordo com a listagem abaixo:

- 1- Discordo Totalmente
- 2- Discordo
- 3- Indiferente
- 4- Concordo
- 5- Concordo completamente

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|
| O cidadão tem de intervir na tomada de decisão da Administração Pública de maneira a possibilitar um trabalho mais transparente e eficaz. | | | | | |
| O acesso à informação tornou-se um dos insumos básicos ao exercício da cidadania. | | | | | |
| Transparência requer uma linguagem mais acessível, de fácil compreensão para qualquer cidadão. | | | | | |
| É preciso contrapartida governamental no sentido de facilitar o acesso aos dados, além de imprimir esforços para transformar o linguajar tecnicista, em linguagem compreensível ao considerado cidadão comum. | | | | | |
| As entidades têm o dever de ser transparente com os atos realizados em sua administração, e a sociedade o direito de acessar e acompanhar essas informações. | | | | | |

6- A prestação de contas para a população por parte do governo é essencial.

- () Discordo Totalmente
- () Discordo
- () Indiferente
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

7- A participação social está intimamente ligada com a preocupação dos indivíduos na luta em busca de exigir dos gestores públicos uma postura ética, em que a prestação de serviços seja eficiente, garantindo os direitos humanos e sociais no País.

☐ Discordo Totalmente

☐ Discordo

☐ Indiferente

☐ Concordo

☐ Concordo Totalmente

8- Você já acessou algum portal de transparência pública?

☐ Sim

☐ Não

Caso a resposta da questão 8 seja **NÃO**, favor não responder as questões 9,10 e 11.

9- Com que frequência costuma acessar portais de transparência?

☐ Só acessei uma vez

☐ Duas vezes

☐ Semanalmente

☐ Mensalmente

☐ Raramente

10- Qual razão te levou a acessar o portal de transparência?

☐ Pesquisas acadêmicas

☐ Curiosidade

☐ Gosta de acompanhar o portal

☐ Outro motivo. _____

11- No que diz respeito as informações contábeis disponibilizadas nos portais de transparência são de fácil entendimento atendendo ao interesse da população?

☐ Discordo Totalmente

☐ Discordo

☐ Indiferente

☐ Concordo

☐ Concordo Totalmente

12- A grade curricular do curso do seu colégio oferece suporte para o preparo de cidadãos conscientes diante de assuntos sobre transparência pública, controle social ou temas que contribuam com o fortalecimento da democracia?

☐ Sim

☐ Não

13- A sua cidade tem portal de transparência?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

14- Costuma acompanhar como estão sendo utilizados os recursos financeiros disponibilizados para seu município? Onde busca essas informações?

☐ Sim

☐ Não

15- Com que frequência utiliza as informações disponibilizadas no portal de transparência da sua cidade?

☐ Frequentemente

☐ Raramente

☐ Quase Nunca

☐ Nunca